

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 29-3-2021.

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato e Roberto Robaina. A seguir, por solicitação de Felipe Camozzato, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Cláudia Araújo, Pedro Ruas, Gilson Padeiro, Bruna Rodrigues, Márcio Bins Ely e Mauro Zacher, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Fernando Torres Saraiva, Daniel Lenz Corrêa, Herman Glanz, Sérgio Moura, Cassiano Pradella Lages, José Francisco Teixeira Pinto, Maria Tereza Tellez Aranibar, Darci Campos dos Santos, Hiltom Ender Lopes e Giovanna Duarte. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Vera Justina Guasso, diretora-coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca do Projeto de Lei do Executivo nº 003/21, em tramitação neste Legislativo. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Leonel Radde, Pedro Ruas, Matheus Gomes e Bruna Rodrigues manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em prosseguimento, foram apregoados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 071 e 126/21 (Processos nºs 0232 e 0341/21, respectivamente), de autoria de Alexandre Bobadra e Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 090/21 (Processo nº 0266/21), de autoria de Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário; o Projeto de Lei do Legislativo nº 066/21 (Processo nº 0219/21), de autoria de Claudio Janta e Psicóloga Tanise Sabino; o Projeto de Lei do Legislativo nº 068/21 (Processo nº 0221/21), de autoria de Daiana Santos e Bruna Rodrigues; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 052 e 057/21 (Processos nºs 0168 e 0190/21, respectivamente), de autoria de Fernanda Barth; o Projeto de Lei do Legislativo nº 094/21 (Processo nº 0270/21), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Lei do Legislativo nº 063/21 (Processo nº 0212/21), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Lei do Legislativo nº 027/21 (Processo nº 0099/21), de autoria de Márcio Bins Ely; Também, foram apregoados requerimentos de autoria de Mauro Pinheiro, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para os itens IV e V da Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20 (Processo nº 0381/20). Ainda, foi apregoadado o Ofício nº 199/21, do Prefeito,

encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 005/21 (Processo nº 0339/21). Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Alexandre Bobadra. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Mônica Leal, Daiana Santos e Mauro Pinheiro. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta minutos às quinze horas e quarenta e quatro minutos. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 003/21, discutido por Pedro Ruas, Leonel Radde, Matheus Gomes e Jonas Reis. Na oportunidade, em verificação de votação, foi aprovado o requerimento verbal anteriormente formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, o qual fora aprovado em sua votação simbólica, por vinte e quatro votos SIM e onze votos NÃO, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Às dezesseis horas e vinte e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 064/20 (Processo nº 0158/20), por dez votos SIM, vinte e dois votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser discutido por Karen Santos, Pedro Ruas, Leonel Radde, Alexandre Bobadra, Idenir Cecchim, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Mauro Pinheiro, Jonas Reis, Cassiá Carpes, Lourdes Sprenger, Reginete Bispo, Moisés Barboza, Aldacir Oliboni, Mônica Leal, Matheus Gomes, Karen Santos, esta em tempo cedido por Daiana Santos, Airto Ferronato e Claudio Janta e encaminhado à votação por Karen Santos, Moisés Barboza, Comandante Nádia, Claudio Janta, Pedro Ruas, Jessé Sangalli, Alexandre Bobadra, Karen Santos, Mauro Pinheiro e Felipe Camozzato, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina, votado Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e optado pela Abstenção Cláudia Araújo. Às dezoito horas e quarenta e nove minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Fernando Torres Saraiva, que recebeu o título de Cidadão Emérito no ano de 1988.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Daniel Lenz Corrêa, Presidente da Associação Nacional de Fibromiálgicos e Doenças Correlacionadas – Anfibro, e ao Sr. Herman Glanz, que foi colaborador da imprensa judaica, correspondente no Rio de Janeiro e comentarista do programa Hora Israelita de Porto Alegre, ex-Presidente do Likud Brasil, foi Presidente da Organização Sionista do Brasil.

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Pastor Sérgio Moura, falecido infelizmente ontem devido a essa triste pandemia da Covid que tem ceifado muitas vidas.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Cassiano Pradella Lages, ex-funcionário da ESPM, trabalhava na parte de som e comunicação, um jovem que, infelizmente, foi vencido pela Covid, uma grande pessoa que merece a nossa homenagem.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José Francisco Teixeira Pinto, que lamentavelmente faleceu ontem de Covid-19, um grande advogado, um grande procurador do Município e um grande amigo.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Maria Tereza Tellez Aranibar, do Centro Social Padre Pedro Leonardi, ela nos faltou no sábado. A Maria Tereza fazia um trabalho social muito bonito naquela região, era uma boliviana que estava radicada no Brasil há 23 anos.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Darci Campos dos Santos, que

foi uma liderança importante na Vila Cruzeiro, no bairro Santa Teresa, na luta contra a venda do morro Santa Teresa, ele era morador da Vila Gaúcha. Uma liderança que muito combateu a venda da área, uma área muito nobre e que, no governo Yeda, estava sendo disponibilizado à iniciativa privada. Seu Darci marcou a luta da nossa região, e nós o perdemos para essa pandemia que leva muitos de nós. Essa é a nossa homenagem ao Seu Darci Campos dos Santos.

Vereador Mauro Zacher (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Giovanna Duarte.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu me somo ao pedido de minuto de silêncio pelo falecimento do Pastor Sérgio Moura, feito pela Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. Casualmente ele é tio da Jaqueline, chefe de gabinete da Presidência. Também me somo ao pedido pelo José Francisco Teixeira Pinto, solicitado pelo Ver. Pedro Ruas. Também ao pedido pela Maria Tereza, lá do padre Ceron, solicitado pelo Ver. Gilson Padeiro. Eu convivi muito com ela, uma pessoa muito querida. Uma vez, ela traduziu para mim um dos meus primeiros projetos de lei, eu fiz o Estatuto da Juventude e ela traduziu para o espanhol. Corre o mundo inteiro esse projeto de lei.

Também solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Ver. Hiltom Ender Lopes (Maninho), de Dom Pedrito – RS, tinha várias causas aqui, sempre estava em Porto Alegre, faleceu de Covid-19.

Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Obrigado, Presidente, boa tarde, colegas, tem uma questão de ordem que acho muito importante e que a gente vem debatendo nos últimos tempos aqui de forma recorrente, mas que agora eu acho que se agravou. Na última sessão, nós estávamos votando o projeto de revogação do plebiscito para cercamento de praças e parques e, durante o processo de votação, com o intuito de tumultuar o processo, a colega, Ver.^a Karen Santos, mentiu para o plenário em sua fala dizendo que havia um pedido protocolado de audiência pública, uma clara tentativa de tumultuar a votação e postergar a votação, levando ao erro diversos colegas vereadores. Eu acho que é uma falha grave, eu busquei, junto à minha assessoria, me certificar de que não constassem pedidos e, no momento da fala da Ver.^a Karen Santos, não constava no SEI absolutamente nenhum pedido de audiência pública, tão pouco pelo IAB que foi o que a vereadora afirmou haver. Consta no SEI um *e-mail* de pedido de audiência pública após a fala da Ver.^a Karen Santos e por outra entidade, nada a ver com o IAB. Eu acho isso grave, gostaria de deixar aqui registrado que o nosso próprio juramento e a nossa própria postura enquanto parlamentar, de acordo o que o Regimento prevê, e mesmo o nosso código de conduta deixa claro que mentir aos colegas vereadores, tentar iludir os colegas para deturpar a votação, mudar os rumos da decisão do plenário que é soberano é um ato de falsidade grave, é, de certa forma, um estelionato. Gostaria de

deixar registrado e já deixo também aos colegas informado que nós vamos tomar providências para que não se repita esse ato, e não cabe na Câmara de Vereadores. Nós temos as diversas opiniões, visões de mundo, mas independente das divergências não cabe a mentira, a tentativa, a qualquer preço, de postergar, ludibriar e vencer votações nas quais você não tem maioria. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Sr. Presidente, como eu fui citada, quero informar que o pedido de audiência foi protocolado pelo IAB, foi protocolado pelo *e-mail* do protocolo da Câmara de Vereadores. Eu recebi anteriormente, avisei a DL, avisei o Luiz Afonso de que estava sendo protocolado um pedido de audiência pública pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, fiz menção a essa fala porque sabia que o pedido estava sendo protocolado em meio a sessão e acho que essa fala do Ver. Felipe Camozzato querendo criar um fato político em cima disso só mostra o quão antidemocrático ele é. Porque, por mais que seja um pedido posterior à aprovação do projeto, é importante, sim, a sociedade e as instituições debaterem as discussões que são feitas aqui na Casa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, quero registrar que ingressou, no dia 25 de março, na quinta-feira passada, um pedido de audiência pública do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu queria dizer que, tendo em vista essa situação que ocorreu, a Mesa já está debruçada em estabelecer um novo regramento pela ação dos pedidos para audiência pública. Eu já estive conversando com alguns integrantes da Mesa e, por sugestão do Ver. Claudio Janta, a ideia é nós estabelecermos um critério e um limite, provavelmente até a Ordem do Dia, em algum momento, para que se estabeleça como um prazo limite para os pedidos de audiência pública. Provavelmente, na quarta-feira, nós teremos uma deliberação sobre essa questão e daí passamos a ter um regramento para que não aconteça, realmente, que no momento da votação entre um pedido e deixe de ser legítimo, mas ele passe a ser um pouco tardio no entendimento desta administração da Casa. Então, passamos a fazer um novo regramento, estabelecendo uma ordem cronológica dentro do período de tramitação, como é o caso do exemplo citado aqui de um projeto que tramitou durante dois anos na Casa, até a Ordem do Dia, por exemplo, acho que é razoável, serão aceitos pela Mesa os pedidos de audiência pública, após a Ordem do Dia pode-se analisar, enfim, mas se criaria esse critério. Posteriormente, em se liberando nesse sentido, a gente vai dar ciência a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, para mais um esclarecimento. Os pedidos de audiência pública, quando a

Diretoria recebe, obviamente que a gente não dá nenhum tratamento imediato a eles, porque eles vão ser sempre remetidos para a reunião da Mesa subsequente, que é quem acaba por autorizar os pedidos. Então, de fato, a gente recebe, mas ele vai entrar na reunião da Mesa de amanhã.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/21. A Sra. Vera Guasso, diretora-coordenadora, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. VERA GUASSO: Boa tarde a todos os vereadores e vereadoras; boa tarde Presidente da Mesa, Ver. Márcio Bins Ely. Eu queria, mais uma vez, em nome do sindicato e da categoria, agradecer aqui... (Problemas na conexão.) ...assim como a PGM faz os seus pareceres ou o Município de Porto Alegre vai abrir mão dos pareceres da PGM? É a mesma coisa, a Procempa faz os pareceres e, tão somente, a Prefeitura pode ou não acatar, já não acatou vários, vários pareceres que não foram acatados. Toda vez que a Prefeitura não acatou os pareceres da Procempa, deu errado; e eu quero reforçar: deu errado. Os pareceres técnicos da Procempa são a forma de garantir agilidade, presteza, segurança a menor preço, qualidade – esses são os mecanismos garantidos pelos pareceres técnicos da Procempa. E a gente ouve vereadores e vereadoras dizerem que está garantido no PLE o parecer da Procempa. Não está garantido no PLE o parecer da Procempa, vereadores e vereadoras, com todo respeito. É importante ler o PLE e não só a justificativa do PLE, porque o PLE está em contradição completa com a justificativa. Na justificativa, diz que vai ter parecer técnico, o PLE tira a Procempa.

Eu quero chamar a atenção de vocês para uma situação gravíssima. Em 2010, a Assespro, Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no STF que foi julgada improcedente na semana passada. E vocês sabem o que queria a Assespro? Queria obrigar que o Serpro, uma empresa nacional de tecnologia da informação, tivesse que passar por licitação. E o STF disse, no voto da Rosa Weber, que, em temas de segurança, em temas sensíveis, não pode o estado abrir mão de empresa de TI pública, não pode o estado abrir mão! E este PLE quer abrir mão da Procempa, vejam vocês o que isso pode impactar em judicialização ainda maior do que já temos com o PLE nº 003/21.

A ADIn da Assespro foi julgada, na semana passada – foi notícia em todos os jornais do País – improcedente, da qual a presidente da Procempa fez parte. Vejam só, a presidente atual da empresa fez parte de uma entidade privada nacional que pedia que a empresa pública de TI nacional, Serpro, participasse de licitação e o STF julgou

improcedente, porque tem temas sensíveis que não podem estar na mão privada. A Procempa tem 220 sistemas, 23 tipos de serviços, custa somente 90 milhões ao Município, quem coloca os serviços na Procempa é o Município, não é a Procempa, não são os técnicos que impõem os preços. Eu li um texto do Ver. Felipe Camozzato que diz que está garantido o fim do monopólio, que insistem dizer, está garantido agilidade, eficiência e ser menos onerosa. Vamos dialogar, vereadores, e não é só o Ver. Felipe Camozzato, tem outros que falam isso, insistem em falar e diz que o problema da Procempa é o sindicato. Quais os estudos que apontam que a Procempa é menos onerosa, é menos ágil, é menos produtiva? Vereadores e vereadoras, metade do corpo técnico da Procempa é novo, é gurizada, como chamou o Melo no programa Tá na Mesa da Federasul, na semana passada. Aliás, a Federasul usa o logotipo da Procempa embaixo do seu nome para falar mal da Procempa? Eu não entendo! E o Melo disse lá que é tudo velho, que não fazem nada, que não fazem nada direito e que vão colocar para fora para a gurizada fazer. Na gestão do Prefeito Melo, como vice-prefeito, a Procempa contratou mais de 100 técnicos, hoje metade é mais antiga e metade é nova – o que garante uma empresa com inovação e inteligência. Vejam vocês, o mesmo vereador que falou esses dias em agilidade e o fim do monopólio, que não existe, falou bem do Inovapoa. Pergunto: quem está atrás do Inovapoa? Quem garante a TI pública do Município? Georreferenciamento que insistem em dizer que não tem no Município. Quem garante georreferenciamento na saúde, na Fazenda, na poda de árvores, em toda Inovapoa que são uma série de sistema condensados? Gente, o Município gasta 1,25% do seu orçamento em TI, isso é nada, isso é nada perto do que gasta outros entes com a tecnologia da informação.

Então, o que estamos dizendo a vocês, vereadores e vereadoras, é que o risco é gigante porque não há estudo técnico para embasar nada, não há nenhum estudo técnico que embase o que estão propondo com este PLE. O risco de apagão é gigantesco, não é possível que vocês não sejam sensíveis, enquanto representantes da população no meio da pandemia, onde acabamos de ver o obituário, vereadores e vereadoras citando seus entes queridos e os seus amigos. São milhares de porto-alegrenses já falecidos, e serão muito mais infelizmente. A Procempa é parte da estrutura para garantir o melhor serviço, para garantir georreferenciamento na questão dos leitos da saúde e tantos outros serviços. É um apelo novamente que nós fazemos: vamos fazer estudos. Os técnicos da Procempa já mostraram os estudos, Ver.^a Bruna Rodrigues, na CEFOR, mostraram estudos na audiência pública para os vereadores que quiseram ver. E, do outro lado, a Prefeitura, a direção da Procempa não apresentam nenhum estudo técnico, absolutamente nenhum, somente a vontade, a vontade, a vontade de servir o setor privado. A Procempa não concorre com o setor privado, o setor privado tem a sua facha, o setor privado está crescendo muito, o setor privado não tem o desemprego em massa que, infelizmente, tem em outros setores, não tem na TI, gente, por quê? Porque a tecnologia da informação hoje é decisiva na pandemia para todos os ramos. Então, se não há estudos de agilidade, de inovação, de preços, não é possível que se feche os olhos e se diga: vamos empurrar esse PLE de qualquer jeito! A Câmara de Vereadores não pode, não deve, não deveria, enquanto entidade, enquanto

estrutura do poder dessa cidade, aceitar um projeto tão profundo, que põe em risco a cidade, põe em risco de haver um apagão na TI, na pior pandemia, no pior momento da pandemia! É um apelo, é um apelo, enquanto porto-alegrense, enquanto uma pessoa que atua na categoria de TI há mais de 20 anos, que conhece a capacidade da Procempa. Nós precisamos olhar a fundo; por isso, a urgência do PLE não satisfaz em um momento desses. Qual é a urgência, hoje, vereadores? Vocês sabem qual é a urgência, vocês conhecem muito mais profundamente do que eu, vocês sabem o que é urgente! Não é urgente destruir a Procempa pública! Vamos ver os estudos, vamos dialogar, vamos ver ilegalidades propostas nesse PLE! Vão afundar a TI pública, vai ser judicializado tudo isso – já está judicializado, mas vai piorar. Há interesses privados escusos neste processo. Aqui não estamos dizendo que vamos acabar com o setor privado; não, nós representamos também o sindicato do setor privado, mas esse nicho não pode ser tratado desta forma, não faz nenhum sentido! Estudos, diálogo, tirar a urgência, estudos, comprovar – não é uma vontade pessoal, não pode ser uma vontade pessoal. Tem inteligência, tem inovação, tem qualidade, tem o menor preço do mercado, tem continuidade. Como é que 220 sistemas, se começarem a licitar, qual é o banco de dados que suporta? A LGPD, gente, sistemas sensíveis. Seria importante a gente fazer um debate, eu convido vocês todos para fazermos um debate sobre LGPD, que está entrando, já está aí a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. A Prefeitura e a Câmara de Vereadores não podem ficar de fora desse debate, sob pena de colocar em risco um bem imaterial, que não se recompõe depois, facilmente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Vera Guasso. O Ver. Leonel Radde está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, saúdo a fala da grande Vera Guasso, salientando a importância, mais uma vez, da Procempa e de todo o serviço que ela presta para a população de Porto Alegre. Essa forma de fazer política, na velocidade que não está de acordo com as necessidades da população, é, como bem falou a Vera, incompreensível! Incompreensível para quem não entende o que acontece por debaixo dos panos, nos jogos mais subterrâneos que estão acontecendo dentro da Prefeitura. Então, deixo aqui o meu repúdio ao que está sendo feito, inclusive, nesta Casa, nas votações que estão sendo levadas a cabo, sem a menor necessidade, sem o menor respeito aos trâmites legais, inclusive, necessários para esse tipo de ação. Eu me solidarizo, e a Frente Parlamentar em Defesa da Procempa também está atenta e solidária com todos os trabalhadores e trabalhadoras dessa grande companhia – vou chamar assim – que é a Procempa, exemplo para o mundo de serviços prestados. E nós não vamos permitir que ela seja extinta, mediante a escolha irresponsável de uma Prefeitura que, inclusive, está nas matérias mundiais – no The Washington Post e no The New York Times – como uma vergonha global no combate à Covid! Muito obrigado! Força a todos os

trabalhadores e trabalhadoras da Procempa; seguimos na luta e na resistência em defesa dessa grande instituição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, querida dirigente sindical, presidente do Sindppd/RS, Vera Guasso. O alerta dramático, emocionado até, que nos faz a Vera Guasso, é algo que nos toca profundamente, nos dando a impressão, quando a gente vê esse esforço do Executivo municipal em relação à Procempa, de que ela é o problema de Porto Alegre, esquecendo que o problema de Porto Alegre é a pandemia, é a doença, é a falta de leitos, os óbitos, a tragédia sanitária e humanitária em que nós vivemos – nós vivemos uma tragédia social brutal em função da pandemia. O Executivo municipal quer extinguir a Procempa, é isso, esse é o projeto! Ou então mexer na aposentadoria dos municipais, ou talvez, daqui a pouco, enviar um projeto de extinção ou de privatização da Carris! Mas o que é isso? Então, quando a Vera Guasso nos traz aqui esses dados, ficamos impactados. Concluindo, 1% do orçamento em tecnologia da informação não é nada! Enfim, cumprimento o Sindppd/RS, a Vera Guasso, pela fala, que foi, de fato, tocante, meus parabéns – contém conosco nessa luta.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Matheus Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado, Presidente, quero cumprimentar a Vera Guasso, em nome do Sindppd/RS, de todos trabalhadores da Procempa e da tecnologia da informação na cidade de Porto Alegre. Eu preciso fazer um registro, primeiramente, Presidente, porque, durante a fala da Vera a transmissão da TVCâmara caiu – nós alertamos no *chat*, o que acho uma lástima porque prejudicou o contato da Tribuna Popular que tem, por excelência, a ideia de comunicar ao povo uma demanda da sociedade civil. Então, é importante a gente fazer esse registro, pois prejudicou, de fato, a intervenção da Vera, que, mais uma vez, mostrou a qualidade do quadro técnico da tecnologia da informação, especialmente da Procempa, aqui de Porto Alegre, ao fazer esse debate. Eu penso que, ao longo das discussões que nós podemos ter, que foram muito poucas, diga-se de passagem, é uma proposta que desestrutura completamente uma empresa, com a importância da Procempa, que não pode ser discutida a toque de caixa, é algo que não há condição de fazer. E quando o governo se apresentou para discussão, não colocou dados, não abriu o tema de um impacto que isso tem no orçamento, não disse por que apresentou este projeto. E nós ouvimos questões

diversas, inicialmente era um monopólio; depois se disse que não era mais a quebra de monopólio; hoje a gente ouviu aqui o Ver. Felipe Camozzato falar em desburocratização; no programa Tá na Mesa na semana passada, o Melo falou que o problema são os servidores que estão há 30, 40 anos, ou seja, o que, de fato, quer o governo com este PLE apresentado, se Procempa é uma empresa superavitária, que conseguiu, em 48 horas, estabelecer condições para que os trabalhadores do Município atuarem em *home office*, presta serviço em áreas diversas: saúde, educação, segurança? O que, de fato quer o governo com a apresentação deste projeto? Essa é a pergunta que não foi respondida até o momento, o que espero que, nas próximas oportunidades de debate que teremos com a decisão aprovada na semana passada, pela via judicial, a gente consiga estabelecer para mostrar à maioria da Câmara de Vereadores que não há por que aprovar um projeto dessa natureza. Muito obrigado, Vera, toda força aos trabalhadores da Procempa e da tecnologia da informação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Presidente, boa tarde, colegas, boa tarde às pessoas que nos acompanham pelas redes sociais, boa tarde, Vera, representante do sindicato. No dia 23, nós tivemos um ótimo debate na CEFOR, uma comissão que tem servido para ampliar o diálogo entre a sociedade e a Câmara de Vereadores, fez um debate qualificadíssimo, trazendo o secretário Schirmer, a diretora Letícia, o secretário Fernando Mattos. Nós fomos com a intenção de debater o monopólio da Procempa, mas, durante a reunião, nós entendemos que não há monopólio – isso dito pela secretária, isso dito pelo secretário Fernando, isso dito pelo secretário Schirmer. E aí, nós também discorremos sobre uma série de outros temas importantes que trata a Procempa. Trazemos aqui mais algumas das nossas reflexões: de que não há monopólio, de que não há crise financeira, de que essa empresa pública tem um ótimo quadro técnico, de que essa empresa apresenta resultados para o Município, de que essa empresa tem uma vasta premiação de qualidade no trabalho apresentado para a cidade. E nós nos questionamos qual é a intenção também deste projeto, tendo em vista a urgência, tendo em vista o momento em que a cidade vivência, um momento de caos, em que a prioridade é combater essa pandemia que abate muitos dos nossos; e que, inclusive, essa empresa pública tem um papel central neste combate. Venho manifestar aqui que a bancada do PCdoB, composta por mim e pela Ver.^a Daiana, se posiciona contra esse PLE, porque nós entendemos que ele não tem fundamento, ele não se justifica, inclusive pelo próprio discurso dos secretários que vieram até a comissão, inclusive dizendo que a Procempa é uma ótima empresa pública que apresenta um ótimo quadro técnico, bem como ótimos resultados. Nesse sentido, nós não entendemos, ficamos nos questionando qual é o verdadeiro sentido dessa urgência, tendo em vista que o projeto tem por objetivo tirar a função social de uma empresa tão

importante neste momento. Então, Presidente, queremos aqui manifestar a nossa contrariedade e dizer que, neste momento, os trabalhos desta Casa deveriam estar voltados para o combate eficiente da pandemia.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Robaina está me perguntando se o Ver. Matheus Gomes falou como requerente da Tribuna Popular.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, o requerente é o sindicato. O Ver. Pedro Ruas falou pela oposição, e o Ver. Matheus Gomes falou pela bancada do PSOL. Não temos mais inscritos em Tribuna Popular. Estamos em condições de fazer os apregoamentos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos a presença da Sra. Vera Justina Guasso, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do RS.

Solicito ao diretor legislativo que faça os apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o PLL nº 027/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.

Apregoo o PLL nº 052/21, de autoria da Ver^a Fernanda Barth.

Apregoo o PLL nº 057/21, de autoria da Ver^a Fernanda Barth.

Apregoo o PLL nº 063/21, de autoria do Ver. Leonel Radde.

Apregoo o PLL nº 066/21, de autoria do Ver. Claudio Janta.

Apregoo o PLL nº 068/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos e Ver^a Bruna Rodrigues.

Apregoo o PLL nº 071/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia e do Ver. Alexandre Bobadra.

Apregoo o PLL nº 090/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia e Ver^a Fernanda Barth.

Apregoo o PLL nº 094/21, de autoria do Ver. Jonas Reis.

Apregoo o PLL nº 126/21, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra e da Ver^a Comandante Nádia.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para os itens IV e V da Mensagem Retificativa aposta ao PELO nº 002/20.

Apregoo o Ofício nº 199/GP, de autoria do prefeito Sebastião Melo, encaminhando o PLE nº 005/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos pede uma questão de ordem?

Vereadora Karen Santos (PSOL): Sim, uma questão de ordem no sentido de uma retratação pela fala do Ver. Felipe Camozzato, que iniciou hoje a sessão fazendo uma denúncia de má-fé, da minha parte, ao reivindicar uma audiência pública que foi, sim, protocolada dentro do prazo. Recebi agora o encaminhamento do *e-mail* do protocolo, dizendo que, sim, foi protocolado na quarta-feira, às 15h31min, e que o próprio protocolo não abriu o *e-mail*, e não instalou o SEI. A servidora acabou de me enviar um *e-mail* pedindo desculpa pelo seu colega, que eles estão se revezando neste momento. E quero colocar aqui que foi protocolado sim, inclusive a minha fala, na tribuna, foi para colocar que esse movimento estava acontecendo, não estava no SEI, mas que havia sido protocolado. Então, má-fé é do Ver. Felipe Camozzato, pois se utilizou de sua fala para querer descaracterizar a necessidade de democracia para debater os projetos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está registrado, vereadora, obrigado.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Primeiramente, boa tarde, Presidente, demais colegas vereadores e aos telespectadores da TVCâmara. A TVCâmara que, por óbvio, é assistida em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no Brasil, são milhares, para não dizer milhões de telespectadores que nos acompanham aí. Quero falar hoje aqui sobre temas importantes. Quero falar sobre a teoria de Montesquieu, que é sobre a separação dos Poderes. Quero falar sobre ativismo judicial, entre outros assuntos pertinentes.

Eu quero explicar um pouco para o pessoal que está em casa, vou relembrar para algumas pessoas aí como funciona algumas questões administrativas da nossa República Federativa do Brasil. A nossa Constituição Federal é de 1988, foi promulgada em 1989, começou a valer a partir de 1989. Nós já tivemos diversas constituições. Nós temos a Constituição originária de 1988, e a Constituição derivada que são mais de 108 emendas constitucionais. E eu quero falar para vocês sobre o art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil, que diz que são independentes e harmônicos entre si o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário – eu estou fazendo essa preliminar para, depois, chegar ali na questão do ativismo judicial.

Também uma questão importante é o art. 94 da Constituição Federal, que fala sobre a indicação de juízes, desembargadores, através do chamado quinto constitucional. Nós sabemos que 80% dos desembargadores chegam até o caminho de desembargadores por serem juízes concursados, ou seja, quarto quintos, e os quintos são indicados ora pela Ordem dos Advogados do Brasil e ora pelo Ministério Público. Por óbvio, quem não tem uma formação jurídica, acaba achando engraçado, ou achando que

é uma piada, mas, muitas vezes, as pessoas enxergam o que querem ver, e não enxergam o que lhes é conveniente. Vamos lá, olhem que interessante: hoje nós temos aí 81 senadores da República, senadores que, em Brasília, representam os seus estados, nós temos três senadores por estado. Nós temos 513 deputados federais, que representam o povo dos seus respectivos estados. Aqui, por exemplo, no Rio Grande do Sul, nós temos 55 deputados estaduais que representam o povo gaúcho na Assembleia Legislativa, e aqui, em Porto Alegre, somos 36 vereadores, que representam o povo de Porto Alegre aqui na Câmara de Vereadores. Nós temos o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Estou fazendo uma simplificação aqui principalmente para aquelas pessoas mais jovens, ou estou lembrando aos mais antigos, não é? Quem é o chefe do Poder Executivo da União? É o Presidente. O chefe do Poder Executivo do estado é o governador; e o chefe do Poder Executivo do município é o prefeito, não é? Do Poder Legislativo, os senadores da União representam os estados, os 513 deputados federais representam o povo. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os 55 deputados estaduais são do Poder Legislativo. E, em Porto Alegre, são 36 vereadores que representam o Poder Legislativo municipal. Existe Poder Judiciário municipal? Não existe, nós temos o Judiciário estadual e o Judiciário da União. Um juiz para prestar o concurso tem que ser formado em Direito, tem que ter, pelo menos, três anos de atividade jurídica para prestar um concurso. É um dos concursos mais difíceis do Brasil, se não for o mais difícil. É uma carreira muito prestigiada, é muito bacana, um grande abraço aos meus amigos juízes, eu que tive a oportunidade de frequentar a Escola Superior da Magistratura, fiz lá o curso de juiz leigo e conciliador. Um abraço aí para os meus amigos defensores públicos, eu fiz por um ano a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Vamos lá, 80% dos desembargadores são juízes de carreira, que alcança o cargo de desembargador. E um quinto deles são indicados ora pelo Ministério Público e ora pela Ordem dos Advogados do Brasil, ou seja, quando é a vez da OAB, ela tem que indicar seis, passa pelo crivo do Tribunal de Justiça, ficam três, vai para o governador, que escolhe um – isso acontece sempre com o Ministério Público e, depois, também sempre com a Ordem dos Advogados do Brasil, isso em nível estadual. Mas quando eu preciso da simetria é o mesmo mecanismo que ocorre nos estados e na União. E como funciona a indicação, por exemplo... Detalhe: nós temos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal que defendem a nossa Constituição Federal. Nós somos 33 ministros do STJ, que é o Superior Tribunal de Justiça que defendem o princípio da legalidade. Então, se o ministro do Supremo Tribunal Federal, por óbvio, são indicados pelo Presidente da República, e eles passam pela sabatina do Congresso Nacional.

Eu quero falar para vocês sobre o ativismo judicial. Nós tivemos um caso recente aqui do ministro Sergio Moro, em que está sendo julgado a questão da sua suspeição a respeito do trabalho que realizou na Operação Lava Jato, que levou a condenação do ex-Presidente Lula. Eu quero trazer uma reflexão para quem está em casa, é que eu tenho um respeito muito grande pelo Poder Judiciário, entendo que o Poder Judiciário acerta em 99,99% das suas decisões, das suas questões, mas é muito difícil explicar para as pessoas, por exemplo, que ministros do Supremo Tribunal

Federal que foram indicados pelo ex-Presidente Lula, ou pela ex-Presidente Dilma, como esses ministros que foram indicados pela esquerda, agora, vão julgar se até então o juiz Sergio Moro foi parcial ou imparcial com o Lula, se foi o próprio Lula que indicou os ministros? Então, essa é a reflexão que eu quero trazer para quem está em casa. Repito, eu tenho um respeito e uma admiração muito grande pelo Poder Judiciário. E é seríssimo, é muito importante pela teoria do Montesquieu, pela teoria dos pesos e contrapesos. Na minha condição pessoal, eu sou contra às decisões monocráticas, não pode ter um juiz, um desembargador ou um ministro que tem uma responsabilidade tão grande, através de uma decisão precária, uma decisão liminar que coloca a vida de milhares, milhões de pessoas aí que causa uma mudança tão grande na vida das pessoas por apenas uma decisão de uma pessoa. Sou a favor sempre das decisões dos colegiados, seja dos tribunais, ou do próprio Supremo Tribunal Federal.

O que eu quero trazer para vocês é que eu acho que esse ativismo judicial está sendo deturpado por muitas vezes aí, vem prejudicando, em alguns momentos, a imagem do Poder Judiciário perante a sociedade. Essa questão, por exemplo, do julgamento do ex-juiz Sergio Moro a respeito da sua atuação no caso da Lava Jato contra o ex-Presidente Lula, é difícil explicar isso, os ministros do Supremo Tribunal Federal foram indicados pelo Lula e pela Dilma, e agora eles vão decidir se o juiz Sergio Moro foi parcial ou imparcial no julgamento daquela pessoa que os indicou – é muito complicado isso, é difícil de entender. Da mesma forma, por que a teoria do Montesquieu é a separação dos poderes? Qual a responsabilidade do Poder Executivo? É administrar a saúde, a educação, a segurança, administrar as pessoas da nossa cidade, do nosso Estado ou da União. Claro, nós temos as funções típicas e as funções atípicas tanto do Poder Judiciário, como do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Explicando para uma criança de 10 anos, por exemplo, o Poder Legislativo faz as leis, o Poder Executivo administra e o Poder Judiciário resolve os conflitos das questões, as pessoas buscam, se apoiam no Judiciário para resolver os seus conflitos. Nós estamos acompanhando as coisas que estão acontecendo aqui em Porto Alegre ou no nosso Estado, são decisões monocráticas, por muitas vezes, por autoridades que foram indicadas por determinadas correntes políticas que, por coincidência, essas decisões vão ao encontro dos interesses dessa corrente política, é muito complicado! Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, público da TVCâmara, meus colegas vereadores, vamos analisar com muito cuidado as decisões judiciais, vamos ter cautela ao ingressar no Poder Judiciário, que é tão importante para todos nós. Claro que não é competência da Câmara de Vereadores, nós temos que ter uma mudança constitucional, mas o meu ponto de vista, do meu grupo, das pessoas que me acompanham aqui, o ministro do Supremo Tribunal Federal deveria ter um mandato de oito anos, por exemplo. Eu acho que essa questão do quinto constitucional, que teria a finalidade de oxigenar o Poder Judiciário, por muitas vezes ele traz prejuízo, principalmente no que tange às decisões monocráticas. Presidente, demais colegas vereadores, público da TVCâmara, podem contar sempre conosco.

Acho importante trazermos aqui assuntos, problemas que assolam aí o nosso País, não só de Porto Alegre, mas do Rio Grande e do Brasil. Queria trazer esse recado. Muito obrigado, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O vereador Alvoni Medina está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste.

O Vereador Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Boa tarde, nobre Presidente da Câmara, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta segunda-feira. Como todos perceberam, nós fomos surpreendidos, no último final de semana, com uma ação do nosso prefeito municipal de Porto Alegre achando que os seus poderes eram maiores do que os do governador do Estado, criando uma possibilidade falsa, uma expectativa falsa de que o comércio poderia reabrir aos fins de semana. O descompasso do prefeito com o governador mostra tamanha ousadia de quem, infelizmente, não pensa como nos tempos em que estava aqui na Câmara, nosso nobre amigo, prefeito municipal, Sebastião Melo. Lamentavelmente, o prefeito atual, comprometido com o capital, inclusive grande parte dele financiou sua campanha, mostra claramente que não foi por acaso a frase que disse há poucos dias que era mais importante ou de extrema importância nós darmos a própria vida para a defesa da economia. Porto Alegre ficou conhecida nesse final de semana em todos os jornais internacionais, mas por uma notícia péssima, até porque Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, é o centro da pandemia. Os dados mostram claramente essa incongruência e irresponsabilidade do nosso prefeito em não perceber tamanho descrédito de uma atitude deslocada, em que grande parte dos Municípios e Estados defendem o *lockdown*, defendem as restrições, e o prefeito atual muda o tom e perde na justiça, graças a Deus! Porto Alegre era conhecida como a cidade do Fórum Social Mundial, da democracia participativa, agora, com certeza, os prefeitos que já poderão viajar para outros países serão cobrados por essa atitude deslocada, e eu diria irresponsável. Como falei há pouco, e bem disse o desembargador, “essa vai ser fácil de ganhar”. Foi só encaminhar, e não deu outra, mostrou claramente que, neste momento, o assunto é combater a pandemia, é frear essa contaminação, pois todo dia são centenas, milhares de cidadãos que perdem suas vidas, e não foi diferente aqui já pela segunda vez. Vejo que a maior parte dos colegas, todo santo dia ou final de semana, tem inúmeros amigos perdidos por causa dessa falta de gestão e de combate, de reconhecimento que é preciso defender o isolamento social e defender, mais do que isso, o rastreamento como a testagem e a ampliação do número de leitos de enfermagem e de UTI. Todo dia a gente fala nisso, mas parece que se tornou alvo de surdez, que os gestores não querem ouvir, mas é preciso nós insistirmos na defesa da vida porque, a partir do momento que tenhamos saúde, possamos trabalhar e sustentar nossas famílias.

São milhares de pessoas passando fome, mas milhares de pessoas que aumentaram o seu estado de pobreza porque o governo, muitos governos, a partir do governo federal, estadual e municipal, poucos lançaram a ideia do auxílio emergencial. Às pessoas às vezes não têm com o que se alimentar, nem mesmo uma passagem para se locomover; e aí, a gente vê um prefeito defender com tamanha ousadia a abertura de todo o comércio também no final de semana, num tempo em que a maioria defende o *lockdown*. É um registro. É uma lástima. Aproximam-se os cem dias do atual governo municipal, e o povo tem uma decepção quase que geral. Qual seria o índice de aceitação do governo Melo próximo aos seus cem dias de governo? Eu diria que, se fosse hoje a eleição, meu amigo, o prefeito municipal Sebastião Melo, não passaria no crivo das urnas. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREDOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely; colegas vereadoras, vereadores. A primeira fala é com um aparte que eu daria ao Ver. Bobadra, que poderia me conceder e não concedeu, só para esclarecer o seguinte: não tenho nada que fazer a defesa do ex-Presidente Lula, mas apenas lembrando, Ver. Bobadra, que, na decisão em relação à falta de isenção do juiz Moro, que é notória, quem relatou o processo foi o Ministro Gilmar Mendes, nomeado muito antes do Lula ser presidente, e quem o acompanhou no voto primeiro foi o Ministro Lewandowski, da 2ª Turma, também nomeado muito antes de o Lula ser presidente.

Voltando ao Estado, desde 1988, quando foi criado o quinto constitucional, que é um avanço, constitucionalmente falando e na sociedade, a maior parte dos governos estaduais são de direita, à exceção do governo Olívio e do governo Tarso, o resto era de direita. Portanto, se vale essa lógica, foram nomeados pela direita. E mais, essa última liminar concedida em relação à tentativa do prefeito de fugir das próprias determinações do governo estadual foi uma ação ajuizada pelo Ministério Público, que defende a sociedade. Não foi por nós, da oposição, na Câmara, não foi pela esquerda; foi pelo Ministério Público, todos eles concursados, nenhum deles nomeado, nenhum deles ligado a partido político, nem pode.

Feito esse primeiro registro, vou para o segundo, Presidente. Nós vivemos um momento duríssimo, todos sabem, e agora o mundo sabe. Porto Alegre que possui características importantes, relatou há pouco o Ver. Oliboni, lembrando do Fórum Social Mundial, lembrando do Orçamento Participativo, e vou mais para trás, sempre falo que, em 1884, quatro anos antes da abolição da escravatura, da Lei Áurea, Porto Alegre aboliu a escravidão aqui e foi cumprida a lei, mesmo inconstitucional. Porto Alegre foi o centro político do Brasil em 1961, na famosa campanha da Legalidade, comandada pelo governador Leonel Brizola. Porto Alegre teve os únicos dois vereadores cassados pela ditadura militar reintegrados na Câmara Municipal, Glênio

Peres e Marcos Klassmann - só eles foram reintegrados, em 1979, em todo o Brasil com inúmeros cassados, dezenas, centenas, só os dois. Porto Alegre, de fato, teve um destaque mundial ao longo dos anos, e agora o destaque mundial de Porto Alegre é ser epicentro mundial da pandemia do coronavírus, epicentro mundial porque o Brasil passa a ser o pior caso em nível de País, o Rio Grande do Sul o segundo pior caso no Brasil, porque só ganha de Rondônia na tragédia, se é que se pode dizer ganha nisso, e Porto Alegre é a pior cidade do Estado. Então, Porto Alegre é o epicentro mundial da pandemia do coronavírus e, neste momento, é inaceitável - essa é a palavra! - que venha o Executivo municipal debater com essa ênfase toda, querer extinguir a Procempa, tratar de tirar direitos dos municipais, agora anunciando a possível privatização da Carris. Mas o que é isso? O Executivo tem que ter uma preocupação permanente, diária e exclusiva com a pandemia, sobre como ter mais leitos em Porto Alegre, nós temos uma carência de cerca de 200 leitos de UTI, como ter recursos para pessoas terem acesso à comida, alimentação, um projeto. O próprio governo do Estado, que não elogio, sou oposição ao governador Eduardo Leite, mas o governo do Estado está botando o auxílio emergencial. Porto Alegre poderia ter auxílio emergencial também, a Câmara colaboraria, os vereadores da oposição, as vereadoras colaborariam, a oposição daria o seu aval, como deu quando o prefeito quis, alegou que ia comprar, mas não comprou até agora, as vacinas para o combate à pandemia, para o combate a essa terrível doença que destrói a sociedade e mata milhares e milhares de pessoas. Por isso fica aqui o registro da nossa decepção. O Executivo municipal tem uma obrigação: combater a pandemia, proporcionar cesta básica, álcool em gel, condições de higiene para a população mais carente, proporcionar renda mínima para essa população pelo menos, conseguir vacinas num número muito maior do que tem mandado o governo federal, através do estadual. Então, essas são essas obrigações e, lamentavelmente, o Executivo municipal não pensa nisso. É uma decepção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente; colegas. Escutei todas as falas, todas as manifestações, quero aqui me dirigir especialmente aos meus queridos colegas de longa data, que foram colegas do meu pai, Ver. Pedro Ruas e Ver. Oliboni. Falo em liderança do PP e quero informar aos senhores que Porto Alegre é primeira capital do País em número de vacinação, com muito orgulho faço questão de repassar essa informação. Talvez os colegas não saibam, e o faço aqui como cidadã, como jornalista, como vereadora em meio a tantas notícias ruins que tentam desfazer o trabalho da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. É preciso que a população saiba, e nós vereadores temos a obrigação de ser os primeiros a informar. A Secretaria da Saúde, na pessoa do Dr. Mauro Sparta, está fazendo um trabalho seríssimo, organizado, de forma sobre-humana, diuturno, o prefeito Melo e o

secretário Mauro Sparta e suas equipes não estão medindo esforços para que a vacinação aconteça e de forma rápida. Vou dar os dados: chegamos a 200 mil pessoas vacinadas, agora, na primeira dose. E isso é motivo, sim, de orgulho. Porto Alegre é a primeira capital do País em números de vacinação. Nós não podemos, de forma alguma, colegas queridos, Pedro Ruas e Oliboni, a saúde sobreponha siglas partidárias, ideologias políticas, eles estão fazendo um trabalho maravilhoso. Dr. Mauro Sparta passa diariamente nos postos de saúde, nos *drive thru*. O resultado está aí: duzentas mil pessoas vacinadas do público alvo, já com a primeira dose. Sinceramente, não sei se por acaso vocês não têm essas informações, mas me vejo na obrigação de dizer que, ao todo, isso representa 13% da população. É uma notícia maravilhosa, é um trabalho admirável, que merece reconhecimento.

Sobre a outra questão, eu preciso aqui também me posicionar. O comércio não promove aglomerações. Os empresários respeitam com rigor todos os protocolos de saúde. O comércio não tem mais fôlego, urge que seja possibilitada a reabertura dos negócios de forma equilibrada, sob pena da quebra total dos muitos comerciantes. Isso está acontecendo no Rio Grande do Sul. A fome mata também. Eu gostaria só de fazer essa manifestação porque me preocupou, queridos colegas Oliboni e Pedro Ruas, eu vou mandar para vocês todo o material que eu tenho aqui sobre o trabalho da Secretaria da Saúde, sobre a dedicação do prefeito Melo. Nós todos conhecemos o Melo não só como prefeito, mas como vereador, como colega, aquela pessoa simples, humilde, que trabalha dia e noite. Ele está fazendo tudo e, o melhor de tudo, eu assino embaixo. Estou acompanhando e não estou aqui como a líder do governo, nem como vice-líder, estou como colega de vocês, vereadora interessada na saúde dos porto-alegrenses e na economia também. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Presidente, boa tarde. É uma correção na fala do nosso colega Pedro Ruas, eu gostaria de registrar que o Lewandowski foi nomeado, pelo governo Lula, em 16 de março de 2006. Apenas isso, muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Lourdes. A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas, vereadores e vereadoras, todos que nos acompanham, venho aqui aproveitar este tempo de liderança para falar a respeito de uma ação que foi executada na última sexta-feira, que é uma ação de combate à fome, do Comitê Popular. Uma ação construída e executada por muitas mãos, pensando justamente nessa desigualdade que está acentuada

e que traz agora, de uma forma muito latente, a fome de volta ao nosso Município. Essa ação arrecadou mais de dez toneladas, que foram distribuídas em toda a cidade. Trago isso como parte importante da fala porque essa deveria ser a preocupação central do Município, do Executivo, pensando que a fome não pode ficar totalmente desconectada deste momento da pandemia. Não existe como promover saúde, como promover cuidado com saúde, considerando que as mesas estão vazias, considerando que o povo está sendo negligenciado. Diante disso, esse Comitê executou essa ação e distribuiu, ainda nesse final de semana, todos esses alimentos, e fez isso de uma forma muito bonita. Já aproveito esse espaço também para agradecer a todas as pessoas que doaram, que fizeram esse movimento de construção levando os alimentos, mas também colaborando através das plataformas e que se colocaram totalmente à disposição, porque acreditam. Isso é construir, de fato, um projeto de cuidado com a população. No mais, a gente fica debatendo e não constrói absolutamente nada que seja de impacto. Eu fico, por vezes, me perguntando, o que, em definitivo, nós queremos para esta cidade? De que forma a gente está fazendo algo que impacte diretamente onde mais precisa? Nas pessoas que estão com fome, naqueles que estão desempregados, naqueles que estão definitivamente desalentados. É a desesperança no nosso povo, enquanto o Executivo está aí à beira de um caos, do colapso internacional, bem como foi dito, sem sequer saber como se posiciona. Eu fico pensando que, se não formos nós, se não formos definitivamente nós, através das nossas mãos, isso não vai acontecer. O cuidado perpassa diretamente por isso, por compreender quais são essas correlações de forças que colocam tão distantes aqueles que mais precisam. Venho louvar e exaltar novamente aqueles que se dedicaram para esta ação. Parabenizo minha parceira de bancada, a Bruna, porque fomos nós que iniciamos esse movimento, e toda a construção desse Comitê, porque isso é responsabilidade, mais uma vez, digo aqui, porque a população precisa saber, do Executivo. É o prefeito que deveria estar dando o tom dessas organizações para poder dar conta da fome do nosso povo. Era isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Daiana.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, eu queria pedir a inversão da ordem dos trabalhos para que pudéssemos passar imediatamente à Pauta.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, eu vou pedir para suspender a sessão por dois minutos, porque hoje, a princípio, não teria registro de Pauta. Eu vou confirmar com a assessoria. Só um minuto, por gentileza.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): No nosso espelho, há dois processos em Pauta. Suspendo a sessão por dois minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h40min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h44min: Estão reabertos os trabalhos da presente sessão.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Presidente Márcio, vereadores, quero aproveitar este espaço para falar sobre o projeto da previdência. É um projeto bastante importante, do Município de Porto Alegre, para tratar a previdência. É bom falar não para os vereadores, que eu tenho certeza de que eles sabem e conhecem bem o projeto, mas falar para o público que nos assiste. Nós estamos aqui tratando, sim, da previdência dos servidores municipais, dos servidores do Município de Porto Alegre, daquelas pessoas que trabalham na Prefeitura, na Câmara Municipal de Porto Alegre, na estrutura do Município. Portanto, é um projeto que vem a partir de uma lei que foi já votada na esfera federal, que é a Emenda Complementar nº 103, que trata da previdência de uma forma geral, tanto a geral, de todos os trabalhadores, como também a dos servidores públicos. Posteriormente, o governo do Estado também votou a sua reforma previdenciária em cima dessa Emenda Complementar nº 103. Então, chegou a nossa vez de avançarmos com a reforma previdenciária no Município de Porto Alegre. É importante que todos nós, vereadores, estejamos atentos, porque é uma necessidade da reforma da previdência, assim como já foi realizada no governo federal e no governo estadual. Então, neste momento, infelizmente nós estamos, por uma ação jurídica dos vereadores do PT, do PSOL, junto com o Sindicato, nós não estamos avançando nessa reforma previdenciária. Claro que todos nós temos o direito de concordar ou discordar de parte da reforma da previdência, mas sabemos o quanto ela é essencial para o Município de Porto Alegre. A reforma é essencial porque ela faz parte de um contexto geral. Todos os trabalhadores da iniciativa privada já tiveram a sua reforma. Nós, vereadores, já tivemos nossa reforma, através da EC nº 103. Por que digo isso? Porque nós participamos da previdência geral, e a previdência geral já foi reformada, através do governo federal. Então nós estamos fazendo esse projeto de lei que, na verdade, vai modificar, através da lei orgânica, da parte da reforma, a reforma dos servidores públicos. Então nós precisamos avançar. Eu, a única discordância que tenho, e já fiz o diálogo com o prefeito Sebastião Melo, e tenho também dialogado junto com outros vereadores, já conversei com a Ver.^a Cláudia, com o Ver. Ferronato, é a questão da transição. A transição, em cima do que o prefeito Melo está fazendo... Nós temos a lei da reforma da previdência que foi, num primeiro... O governo anterior mandou para esta Casa que passou terminando o ano e não conseguimos votar. O prefeito Melo desarquivou e agora mandou uma mensagem retificativa, a qual até estamos discutindo juridicamente pela ação dos vereadores. Mas o que eu discordo nessa mensagem retificativa é a parte que retira a transição do projeto original. Na minha opinião, essa transição tem que ser feita, esse debate agora, por dentro da Lei Orgânica, e o governo, até o momento, o prefeito Melo gostaria que esse debate fosse feito posteriormente, por meio de uma lei complementar. Essa é uma das partes de que discordo, mas a gente tem

dialogado, temos procurado buscar, em conjunto com alguns vereadores e com o próprio prefeito, para que a gente possa fazer o debate da transição por dentro da Lei Orgânica, para dar mais segurança para os servidores, porque a gente sabe que Lei Orgânica precisa de 24 votos em vez de 19 da lei complementar. Então, por isso o texto lido pelo diretor Luiz Afonso, é uma consideração que a gente fez na mensagem retificativa, destacando dois incisos dela para podermos votá-los em separado no momento da votação da mensagem retificativa, que é justamente essa parte da transição. Presidente, a gente tem trabalhado em cima, para fazer esse debate da transição. E gostaríamos que os demais vereadores pudessem se somar a nós nesse debate da previdência porque o projeto de lei reforma da previdência é importante, mas com todo o cuidado para que a gente também possa avançar, e dialogando com as categorias, com os servidores para que a gente possa fazer uma boa reforma no Município de Porto Alegre, como já foi feito pelo governo federal e pelo governo do Estado. Era isso, Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade desta fala.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Diretor Luiz Afonso, estamos em condições?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, na verdade há um projeto que já deveria estar na Pauta, que é aquele decorrente da determinação judicial de suspender o projeto para as alterações na legislação da Procempa para que, com relação a ele, fossem cumpridas as pautas e a reunião conjunta. Então, de fato, temos condições de correr a pauta desse projeto hoje. Caso assim seja decidido, terá que haver um requerimento de inversão da ordem dos trabalhos, e aí, uma vez votado, eu apregoo a pauta e abrimos as inscrições. O Ver. Idenir Cecchim já pediu. É só colocar em votação, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0115/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/21, que altera o *caput* e o § 1º e revoga o § 2º do art. 16 da Lei nº 4.267, de 7 de janeiro de 1977. (Revoga a obrigatoriedade de contratação entre a Administração Pública e a Procempa.)

Com Mensagem Retificativa nº 01 e Emendas nºs 01 e 02, do Ver. Idenir Cecchim (líder do Governo). (SEI 118.00043/2021-00)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Do que trata o projeto? Afinal de contas, não deu para perceber qual é o assunto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É o projeto que trata de alterações na legislação da Procempa, PLE nº 003/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, vereadoras e vereadores, eu só quero, em primeiro lugar, abrir um espaço na inscrição para uma questão de ordem. Eu votei contra o requerimento do ilustre Ver. Idenir Cecchim e eu quero que registrem isso, por favor. Votei contra, me manifestei de todos os modos que pude. Segundo, porque nesse momento é muito negativo esse requerimento, respeitando o autor evidentemente, é uma divergência. Porque, na verdade, o que deveria ocorrer agora, da parte do Executivo, era uma reunião maior com as vereadoras, com os vereadores, com os setores da própria Procempa para debaterem porque não foi debatido suficientemente. Veja bem, as pessoas dizem muitas vezes, eu já ouvi esse argumento, Presidente, que esse projeto é antigo, já houve debate no ano passado, no retrasado, enfim. Mas a pandemia não é antiga, a pandemia tem um ano, nós estamos debatendo agora em cima de uma pandemia brutal, de uma tragédia social e sanitária. Portanto, se impõe, Presidente Márcio Bins Ely, uma outra atitude do Executivo municipal quanto à Procempa. Porque a Procempa é vital neste momento; é ela que regula os leitos, por exemplo; regula todo o sistema de saúde, todo o sistema fazendário; ela regula todas as novas possibilidades de atuação em Porto Alegre. Por isso, não é simples como antes. Talvez antes da pandemia, o debate dessa natureza não era simples, mas era diferente. Agora é um debate muito sério e complexo, ele pode nos custar vidas. Portanto, eu votei contra. Preciso desse registro, Presidente, de que votei contra aqui, levantei a mão várias vezes, escrevi, não consegui entrar no *chat*, exatamente porque esse requerimento propicia uma votação mais rápida desse projeto, o que eu, franca e claramente, sem nenhum subterfúgio, sou contra. Eu acho que deveria haver debate e não a votação do projeto de extinção da Procempa. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Presidente, eu fiquei muito preocupado, na verdade também é uma questão de ordem, porque foi

invertida a pauta e o senhor, eu entendo, tudo bem, é uma questão de agilidade do processo, mas eu gostaria que fosse refeita a votação porque é um prejuízo enorme. Eu me lembro que na legislatura passada, nós estabelecemos um método com o ex-Presidente Pujol, e o senhor também foi parte disso, e eu sei que é razoável que seja assim, que tenha um tempo de 30 segundos para a gente se manifestar. Essa inversão de pauta é muito grave quando um projeto... É toda a luta que nós estamos querendo travar contrária a essa privatização da Procempa. O governo tem o direito de fazer o requerimento, mas nós queremos manifestar, deixar formalizada a nossa contrariedade; dizer que infelizmente o Legislativo municipal está se curvando para a lógica do governo, que é uma lógica de não priorizar o combate à pandemia. Não é o que a Câmara de Vereadores tem feito, nós não temos priorizado de verdade o debate da pandemia, basta ver o conteúdo das sessões e as polêmicas que, infelizmente, nós estamos sendo obrigados a travar, a da Procempa é uma, a da previdência é outra. Enfim, infelizmente, nós estamos sendo pautados pelo Executivo, por pautas que não têm absolutamente nada que ver com o combate à pandemia, numa situação em que Porto Alegre sendo motivo de matéria no The New York Times. Quer dizer, é muito grave a situação, e eu gostaria que a gente fizesse algum mecanismo, pelo menos quero o registro obviamente do meu voto contrário a essa inversão para colocar já a pauta da Procempa na Ordem do Dia, a correr pauta o projeto da Procempa, no caso. Porque é óbvio que nós queremos evitar que esse debate seja feito, pois nós sabemos que infelizmente a sociedade não está se envolvendo porque a sociedade tem outras prioridades, que, infelizmente, não são as mesmas prioridades do governo municipal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Eu também quero colocar a minha contrariedade com essa inversão de pauta e, mais uma vez, também faço coro ao que falou o Ver. Ruas e o Ver. Robaina. Nós não podemos utilizar este momento para ficar falando, debatendo uma pauta tão relevante quanto a Procempa num momento em que batemos recorde de mortes em Porto Alegre e que estamos nesse caos de não termos leitos ainda. Estamos na casa dos 103, 105, 110%, dependendo do dia, de ocupação, e a ocupação de leitos só reduz mediante mortes. Então, não seria o momento adequado de nós debatermos a privatização, na verdade é disso que se trata, da Procempa. E, às vezes, parece até um filme de terror a quantidade de ataques que são feitos diariamente aos servidores públicos no meio de um processo totalmente degradante da nossa cidade, de mortes, em que Porto Alegre vira matéria na imprensa mundial de má gestão da pandemia. Já que a gente gosta tanto de falar em economia, como trata a Prefeitura essa situação da Procempa, que visa a economia aqui, e que a previdência vai economizar em outros aspectos, então, se a economia é a pauta principal para justificar a privatização da Procempa, a reforma da previdência, eu trago alguns dados sobre a economia para a gente mensurar. Cada leito de UTI utilizado em Porto Alegre custa R\$ 6 mil ao dia, a Prefeitura possui 663 leitos de UTI, que foi ampliando

indiscriminadamente para justificar a abertura do comércio por causa do discurso da economia que é utilizado em relação à Procempa. Isso dá R\$ 4 milhões ao dia. Em um mês, seria o suficiente para pagar o auxílio emergencial de R\$ 600 por família, para 220 mil famílias. Ou seja, com os R\$ 4 milhões diários que estão sendo investidos em UTIs, o que é válido, mas só para demonstrar como a lógica da economia utilizada na Procempa é falsa. Utilizam o discurso da economia, mas estão ampliando indiscriminadamente leitos de UTI para forçar as pessoas a se infectarem para entrarem nos leitos de UTI, sendo que a cada dez pacientes que entram, oito morrem. E na verdade, cada leito custando R\$ 6 mil ao dia; R\$ 4 milhões ao dia a Prefeitura gasta, que é um investimento válido, mas, só para a gente exemplificar, isso seria suficiente para pagar 220 mil auxílios emergenciais de R\$ 600! Então, não dá para entender porque simplesmente agora a Procempa entra na pauta do dia como uma empresa que precisa ser privatizada para economia da Prefeitura. A previdência tem que ser reformada para economia da Prefeitura, sendo que a Prefeitura não se preocupa com as mortes, não se preocupa com o que está gastando nesse investimento de ampliação de número de leitos indiscriminadamente, sem profissionais qualificados, simplesmente sempre com o discurso da economia. É o genocídio da população de Porto Alegre, com o discurso da economia; é o desemprego dos servidores públicos, com discurso da economia. E as vidas, então? Temos que dar a vida pela economia! É muito triste, é muito grave que a gente faça esse tipo de articulação e sempre se utilize esse discurso da pauta econômica para legitimar uma ideologia que não tem fundamento nem econômico, nem científico, como bem admitiu o prefeito Sebastião Melo, que está operando esses ataques diuturnos a todos os servidores e trabalhadores, empurrando para a morte, querendo a demissão, ou enfraquecendo os seus direitos. Essa é uma situação que não tem mais como tolerar, esses ataques frequentes e insistentes a todos e a todas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Leonel Radde.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Presidente, nós temos, no nosso Regimento, a figura da renovação da votação. Então, eu solicito, com relação ao requerimento do ilustre Ver. Idenir Cecchim, a renovação a votação e que ela seja nominal. Há essa previsão no regimento interno, eu só não sei se eu tenho que requerer hoje ou na sessão seguinte. Mas eu já quero antecipar isso: a renovação da votação. Há previsão regimental e agora tenho os dados aqui. Claro que se a renovação for feita agora, eu retirarei o meu requerimento, mas na impossibilidade de sê-lo, eu faria, dentro do Regimento, porque propõe, e veja bem, Presidente, que é um requerimento que deu polêmica aqui, deu polêmica porque não é falha da Mesa, nem sua, mas, via de regra, o senhor coloca: “Alguém requer votação nominal?” Isso seria uma possibilidade, porque nós temos uma dificuldade, isto aqui não é um plenário comum, físico, como nós

sempre conhecemos; então, não é tão simples se manifestar. Eu mesmo, votei contrário e não consegui manifestar o meu voto, por mais que eu me mexesse aqui.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, vereador.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sobre o meu requerimento de renovação da votação, eu não sei e ele entra agora, ou se tem que ser na sessão seguinte. Eu faço essa pergunta à Diretoria Legislativa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, para esclarecer, na verdade, o elemento, o instrumento que acolhe o Ver. Pedro Ruas não é a renovação de votação, vereador - ela foi suspensa judicialmente, através de uma ação direta de inconstitucionalidade -, mas, sim, a verificação de votação, que está lá no art. 175, § 1º do Regimento, que diz o seguinte: “A requerimento de vereador ou de ofício, pelo Presidente, as votações simbólicas poderão ser verificadas nominalmente.” Então, de fato, assiste razão ao Ver. Pedro Ruas ao requerer. Pode ser feita agora.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Na realidade, vereador, as inversões da ordem dos períodos da sessão são comuns de serem votadas sem a necessidade de requerimento de votação nominal – a inversão do período e comunicações, a inversão da pauta, de grande expediente. Tem sido comum que essas votações sejam assim e os registros contrários são feitos, por exemplo, via *chat*. Porque agora, com essa restrição dos microfones, realmente pode ter havido um prejuízo aí, porque me parece que não só V. Exa. estaria contrário à inversão da pauta, como também alguns outros vereadores, pelo menos os que se inscreveram. Então, eu não vejo problema nenhum de fazer a votação do requerimento do Ver. Idenir Cecchim que solicita a inversão da pauta de maneira nominal, para consignar os votos contrários e favoráveis. Pode fazer nominal, aí, não tem problema nenhum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Reitero para todas as senhoras vereadoras e senhores vereadores que o que vai ser feita agora é a verificação de votação simbólica, prevista no art. 175, § 1º do Regimento.

Em verificação de votação, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente. É importante o restabelecimento dessa votação porque na semana passada nós estávamos

em meio a um debate muito atravessado, que não respeitava as determinações do próprio processo legislativo; então, a liminar veio em boa hora, enquanto nós fazemos a discussão.

Os vereadores têm falado de maneira pouco séria, na minha opinião, sobre o tema da intervenção do Judiciário em algumas das nossas discussões; mas elas têm ocorrido porque os processos que estamos vivenciando aqui, de debate, eles não têm, muitas vezes, respeitado algumas das regras básicas do seu desenvolvimento, e esse foi o caso do processo da Procempa.

E isso nos mostra quais são as prioridades de diálogo que o Executivo tem estabelecido, não apenas essa questão das urgências frente ao momento que vivemos, porque isso nós estamos falando desde o início desta Legislatura: o centro do Legislativo deveria ser de discussões sobre a pandemia. Como que nós unificamos as instituições, mandamos uma mensagem ao conjunto da sociedade de união para que nós consigamos sair do colapso, para que a gente supere essa situação com solidariedade, com ações que a gente vê aqui serem apresentadas na Câmara, mas sempre como algo externo à nossa ação. Essa deveria ser a prioridade do Legislativo neste momento. Mas os diálogos que o governo estabelece demonstram também, na medida em que essa discussão se desenvolve, porque não foi buscada uma conversa profunda com o quadro técnico da Procempa, com os trabalhadores representados pelo Sindicato de Processamento de Dados, não foi valorizada a expertise dessa empresa construída ao longo das últimas décadas na nossa cidade. Isso não é verdade. O tema do título do projeto já revela essa discussão. O governo não conseguiu comunicar à sociedade o que queria com este projeto, porque apresentou permanentemente como se fosse uma quebra de monopólio para discutir, na reta final, que esse monopólio não existe, que não era bem isso que eles estavam falando. Porque, de fato, não há nenhum impedimento para a contratação de terceiros no serviço de tecnologia da informação em Porto Alegre; bem pelo contrário, isso já existe. Nós estamos falando aqui há muito tempo, há um trabalho em consonância com a Procempa, que atravessa diversas áreas da nossa cidade: na saúde, nós temos destacado porque é muito importante; nos serviços funerários; na educação; no transporte; na segurança pública; na arrecadação municipal. Se a Prefeitura, então, diz que não quer quebrar o monopólio, que a Procempa é pesada para a estrutura pública, não provou isso também. Não teve o comprometimento do Executivo de chegar numa audiência pública e apresentar dados, de chegar na discussão que nós fizemos na CEFOR e apresentar esses dados, apresentar essas informações. Acho uma falta de respeito do Executivo Municipal propor isso à Câmara de Vereadores e se comportar dessa forma. Mas quando a gente vê o prefeito Melo em outros ambientes, a postura é diferente. Quando vai sentar para discutir com o empresariado, a forma como se apresenta no debate é outra. E isso não tem sido só com relação ao tema da Procempa, é assim também com relação à previdência, é assim também para falar que vai privatizar a Carris, o DMAE, é assim com relação à pandemia, porque não escuta os cientistas, não escuta os profissionais de saúde. Então, essa discussão não está só revelando que o prefeito quer, de fato, correr o risco de fazer Porto Alegre passar por um apagão digital, fazer Porto Alegre gastar mais dinheiro

contratando serviços privados, com uma empresa que oferece os melhores preços; ele não quer só correr esse risco. Ele quer fazer do Legislativo Municipal um mero chancelador das medidas que ele discute com o empresariado, de costas para a população. É isso que está revelando essa discussão. E, se vocês levarem a sério, de fato, as argumentações que estão sendo apresentadas pelo corpo técnico da Procempa, pelas discussões que obrigatoriamente vão ter que ocorrer nesta Casa - na semana passada nós estávamos discutindo um projeto que 90% do seu tempo tinha ficado fora dos espaços de debate da Câmara, entre a Procuradoria e a liderança do governo -, se nós levarmos a sério os argumentos apresentados pelo corpo técnico da Procempa, nós vamos dizer “não” a este projeto, essa é a responsabilidade que nós devemos ter com a nossa cidade neste momento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Boa tarde a todos os colegas vereadores. Venho a esta tribuna porque fico escandalizado com a falta de sensibilidade daquele que era para dar o exemplo – o prefeito da capital – do que é prioridade, neste momento, nesta cidade que segundo o jornal New York Times, é o epicentro da Covid-19 no mundo. Não é na América do Sul, não é nas Américas, é no planeta. E aí quando eu vejo aqui, estão buscando inversão para “passar o rodo” na Procempa. É esse o ditado popular, “passar o rodo”, é assim que funciona a gíria do povo. Vamos aproveitar que o povo está em casa com medo da Covid-19 e não pode sair para rua, vamos aproveitar que está tudo paralisado, vamos aproveitar que estamos em *home office*, não tem organização nas ruas, vamos aproveitar para vender o que dá. Vamos vender o que dá! Parece que é isso que o governo está propondo. Vamos vender Carris, vamos vender DMAE, vamos vender Procempa, vamos entregar tudo, vamos entregar Porto Alegre. Mas quem sabe eu convido então o prefeito Sebastião e vereadores da base aliada para que aluguem Porto Alegre por quatro anos e sai todo mundo de férias, porque parece que não quer governar, não quer estruturas para governar, para produzir políticas públicas. Vejam as fantásticas tecnologias que a Procempa construiu ao longo de sua história, e agora estão para ser descartadas.

É mais ou menos aquilo que a gente ouve pelos corredores, “os interesses”, para lembrar nosso saudoso Brizola, aquele sim, aquele voltou seu olhar para fortalecer as estruturas públicas, fortalecer o Estado presente na vida das pessoas. Aí a gente fica aqui na Câmara de Vereadores toda a sessão é abertura de notas de pesar, e aí depois vem a pauta e a pauta não tem nada a ver com a Covid-19, a pauta é vender o patrimônio da cidade. A pauta não é onde vai ter mais leitos, onde não tem leitos; onde vai ter vacina, onde não tem; onde tem testagem em massa, onde não tem; onde faltam profissionais, onde não falta. No HPS faltam lençóis nos colchões! Faço aqui uma denúncia de que as camas dos pacientes estão sem lençóis, sem roupas de cama. E aí

isso não é interessante debater, o problema de saúde pública que é o que mais importa neste momento. Não, isso não vale a pena. “Vamos vender a Procempa, o que mais tem para vender aí?” Vamos entregar mais uns postos de saúde, como fazia o outro prefeito. O outro entregou tudo, aquele, sim, terceirizou, o Marchezan, e parece que o Melo está com a turma do Marchezan, parece que só trocou o prefeito porque o pacote parece ser o mesmo: vamos vender, vamos entregar, vamos arrochar servidor, vamos acabar com a previdência! Mas o que é isso, perfeito Melo? Cadê a sua história de democracia, de diálogo? Em plena Covid-19!! A gente já votou aqui para comprar vacina própria, já se passou um mês e até agora nada. Essa é a palavra, nada! Até agora só vejo R\$ 16 milhões para os empresários do transporte. Pouca coisa! Dezesseis milhões é a canetada para entregar o dinheiro nas mãos desse transporte sucateado e horroroso desta cidade, que é uma vergonha! Esses incompetentes empresários do transporte de Porto Alegre estão amontoando trabalhadores dentro de ônibus lotados, mas isso não, não vejo os vereadores falarem isso, vejo os vereadores ficarem calados aqui, e vamos lá, vamos passar os projetos aí: previdência, Procempa, Carris, e sabe-se lá o quê. Tenho até medo de andar nas ruas de Porto Alegre, porque daqui a pouco a avenida está alugada para alguém e vou ter que pagar o pedágio como pedestre. Porque eu não sei, é tanta coisa entregue para a iniciativa privada que daqui a pouco eu tenho até medo. Vou lá dentro da minha casa e está alugada porque o governo alugou. Meu Deus, gente, vamos ter sensibilidade, por favor, vamos respeitar a história da Procempa, dos trabalhadores, do serviço de qualidade prestado. Só as infovias são mais de mil quilômetros... (Problemas na conexão.) ...capital privado obter lucro. Não é prioridade políticas públicas! Encerro aqui fazendo essa fala de protesto porque eu não aceito, como parlamentar deste Município, essa inversão horrorosa do que é interesse do povo. O interesse do povo hoje é a saúde, detonar com essa Covid-19 e não detonar o futuro da cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Senhor Presidente, temos uma retificação apenas para fazer: o PLE nº 003/21, que altera a legislação da Procempa, está na 2ª sessão de Pauta hoje. Na verdade, ele correu a 1ª sessão de Pauta no dia 17 de março, antes do projeto trancar a pauta, o que aconteceu segunda-feira subsequente. Só para fazer esse registro. Hoje é a 2ª sessão de Pauta. Amanhã, o projeto estará na CCJ.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao nosso diretor Legislativo que proceda à verificação de quórum para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) Trinta e dois vereadores presentes. Há quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h29min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0158/20– PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 064/20, de autoria da Vereadora Karen Santos, que dispõe sobre a requisição de bens e serviços hospitalares de UTIs e CTIs da rede privada e filantrópica de saúde no município de Porto Alegre, para possibilitar o controle e a gestão centralizada de leitos pelo poder público aos necessitados em decorrência da covid-19 – fila única emergencial – a fim de assegurar acesso universal e igualitário de toda a população frente à pandemia do coronavírus. **(SEI 152.00035/2020-30)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- adiada a discussão por uma Sessão em 17-03-21;
- adiada a discussão por uma Sessão em 24-03-21;
- incluído na Ordem do Dia em 03-03-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 064/20. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir a matéria, como autora.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, vereadores e vereadoras, boa tarde a quem está nos acompanhando em casa. O nosso projeto para criação da fila única de leitos de UTI e CTI em Porto Alegre é em respeito à busca pela universalização do atendimento para as pessoas que estão contagiadas pela Covid-19. O projeto também busca estabelecer critérios objetivos para acesso a esses leitos a partir da criação de um comitê de gestão técnica que irá apurar, através de critérios médicos e científicos, a distribuição dessas vagas. Esse comitê gestor dos leitos terá que estabelecer critérios de forma padronizada e centralizada, e publicizá-los. Esse projeto da criação da fila única foi uma proposição do nosso mandato em maio do ano passado, e aí passado quase um ano da apresentação desse projeto, a gente vê que ele ainda segue necessário e mais atual do que nunca para o enfrentamento da Covid-19. É um projeto

que trata de equidade e de transparência, que são princípios constitucionais, e no nosso entendimento toda a população de Porto Alegre deve conhecer os critérios que estão sendo utilizados para as internações, e os critérios devem ser científicos e aplicados de forma igual em toda a rede de saúde. Sendo assim é uma contribuição para a atual gestão de saúde para tratar das demandas que seguem se acumulando.

Hoje a nossa capital é o epicentro mundial da Covid-19, o nosso País e a nossa cidade estão batendo recordes de contágio. O Hospital Conceição gastou nos últimos 29 dias o estoque de oxigênio que utilizaria em um ano. O Posto de Atendimento da Cruzeiro do Sul, o postão, consumiu em 22 dias o que deveria durar um ano. Faltam leitos, faltam profissionais de saúde capacitados tanto para os hospitais da rede pública quanto para os hospitais da rede privada, há o esgotamento geral dos recursos humanos, sendo então insuficiente ter somente uma política de abrir mais leitos de UTI, pois não há profissionais hoje para atender todas as UTIs, e a fila única e o comitê técnico são para contribuir neste sentido e dar mais transparência ao trabalho da saúde e possibilitar, com base em critérios científicos, os leitos disponíveis na capital.

Neste momento de colapso do nosso sistema de saúde, os médicos e profissionais de saúde estão sendo responsabilizados a tomar decisões em relação a leitos e intubações sem nenhum protocolo geral pensado coletivamente. Os leitos SUS atendem genuinamente todas as pessoas que demandam atendimento, e temos o dever de ampliá-los para garantir uma forma equitativa de decisão para que os recursos financeiros não sejam impedimento ao atendimento, assim como prevê as prerrogativas do SUS. Por fim, entendendo que todos os hospitais privados recebem verba SUS, também é uma maneira de evitarmos, no futuro, no futuro, reservas de leito que hoje não é realidade, mas o projeto garante de forma bem objetiva que todas as vidas importam. Então essa é uma breve explicação do nosso projeto, estamos abertos a ouvir as contribuições e as críticas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, para discutir o PLL n.º 064/20.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Isto é vereear, é o que apresenta a Ver.^a Karen Santos, um projeto importante, inteligente, e que é o que nós esperávamos do Executivo municipal, normas dessa natureza, essa discussão. Nós temos obrigação, eleitos no Executivo, eleitos no Legislativo, a população em geral, a comunidade científica, de propor políticas, medidas, formas de combatermos de verdade a pandemia. O que a Ver.^a Karen Santos faz é uma proposta que não resolve o conjunto das questões, por óbvio, não está ao alcance da vereadora, nem de nenhum de nós. Mas ela mostra uma iniciativa que faz diferença, que dá transparência ao processo brutal, que é, justamente, o momento definitivo, onde a pessoa precisa ser atendida, talvez entubada e talvez sequer resista a isso. É um momento muito duro para cada uma, para cada um, para as famílias. E a transparência aí faz a diferença total. Nós não podemos imaginar

que haja qualquer tipo de descontrole nisso. Os recursos são muito escassos, são muito pequenos para tamanha demanda, que só tende a aumentar. Já foi dito, somos o epicentro da pandemia, Porto Alegre é o epicentro. É a situação mais dramática que tem no País, ou é das mais dramáticas que há no País, que existem hoje. Por isso o projeto tem tamanho significado. Por isso, mais uma vez, cumprimento a vereadora. São projetos dessa natureza, Ver.^a Karen Santos, que podem de fato justificar cada mandato que se tenha no Legislativo ou no Executivo. Parabéns, conte com o nosso apoio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL n.º 064/20.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Venho aqui me dirigir a Ver.^a Karen Santos, elogiar esse grande projeto. É uma lástima que, quando ele foi elaborado, ainda a gente poderia ter uma certa regulação de leitos, que hoje não existe mais. Graças à situação precária, terrível, imposta pelo prefeito Sebastião Melo, que é o responsável pelas mortes em Porto Alegre, na medida em que insiste num discurso negacionista, num discurso genocida, num discurso que diz respeito às vidas. E como eu já disse: cada leito de UTI aberto, custa R\$ 6 mil, dinheiro público. É importante abrir leitos? Com certeza. É importante salvar vidas? Com certeza. Mas uma política pública que está embasada numa abertura indiscriminada de leitos de UTI, com o suposto objetivo de salvar a economia, empurrando as pessoas, a população de Porto Alegre para a morte, não tem como dar certo, R\$ 6 mil ao dia o leito de UTI, 663 leitos de UTI, R\$ 4 milhões ao mês, isso daria para pagar o auxílio emergencial para 220 mil famílias por mês. Esse é o dado. Então, quando vem com esse discurso de abertura indiscriminada de leitos de UTI, com o objetivo de salvar a economia, é uma falácia, e é um péssimo cálculo. Além de ser genocida, porque a cada dez pessoas que entram, oito morrem, além de ser genocida nesse sentido, ainda é economicamente burro, por quê? Porque, simplesmente, gasta muito para sustentar uma política que não dá certo. Tanto não dá certo, que estamos no The Washington Post, estamos no New York Times, e diversos veículos de comunicação do mundo. Mas a proposta, esse projeto de lei da Ver.^a Karen representa exatamente aquilo que a esquerda representa e que tenta a todo custo, em Porto Alegre, fazer que é salvar vida. Vou ler para vocês a fala do neto do Teixerinha, todo mundo conhece, por óbvio, ele perdeu a mãe, no caso, a filha do Teixerinha. E a frase do filho do Teixerinha diz muito sobre a situação da saúde de Porto Alegre e desta extrema-direita, representada pelo prefeito Sebastião Melo agora que se vinculou a esse grupo. A fala do neto do Teixerinha é a seguinte: “Eu tinha um posicionamento político que mudou completamente; minha mãe é um grande exemplo desses montes de notícias falsas e condução das pessoas, da opinião das pessoas mais velhas que está sendo feita no País. Ela acreditava em todas as teorias da conspiração, ela não se protegeu como deveria, por causa dessas notícias que vinham do WhatsApp dela. A culpa muito de ela ter ido é dessas pessoas que emitiam essas notícias de que a Covid-19 não era nada, que

era uma gripe pequena. Ela chegou a cogitar de não se vacinar”. E é com esse grupo que, infelizmente, o prefeito Sebastião Melo se alinha, errando na economia e errando nas vidas. E felizmente o campo da esquerda apresenta um projeto de lei que tem como objetivo regular, organizar, dar possibilidade de vida para a população de Porto Alegre. Que isso fique consignado, que a população de Porto Alegre saiba quem realmente luta pela vida e luta pela economia. Porque, pelo meu cálculo, R\$ 600 reais para 220 mil famílias, isso mudaria a economia, inclusive, de Porto Alegre e salvaria, no mínimo, 900 vidas. Esse é um cálculo feito pela UFRGS. Se nós tivéssemos um *lockdown* moderado, como foi lá no início, de 60%, durante 14 dias, nós salvaríamos 900 vidas. E teríamos um número muito reduzido de infecções. Então, saúdo a iniciativa da Ver.^a Karen Santos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLL n.º 064/20.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, quero trazer à baila para os Srs. Vereadores, e para os nossos telespectadores da TVCâmara, que hoje 20% dos gaúchos já receberam a 1ª dose da vacina, e não se trata de *fake news* como a esquerda fala muito. A esquerda, sim, pratica *fake news*. No www.vacina.saude.com.br, é um *site* oficial da Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul, onde diz que 20% dos gaúchos já receberam a vacina. Claro, nós gostaríamos que todos já tivessem recebido, mas as coisas estão avançando. Dizer que Porto Alegre é epicentro do Covid-19, não tem dado científico nenhum. Isso é informação que se fala. Isso é nazismo da parte da esquerda. A esquerda vai contando uma mentira até se tornar verdade. E os mecanismos de defesa do ego, os mecanismos de projeção do ego é colocar no outro o que tu és. Por exemplo, quando a esquerda fala que Fulano e Sicrano são genocidas, genocidas são vocês, que ingressaram com uma ação em Porto Alegre contra o tratamento precoce. Se um médico receitou determinado medicamento, um médico, um homem que estudou 10 anos, uma pessoa experiente, deixa utilizar. Mas vocês não querem, vocês querem o caos na nossa cidade. Vocês estão sabotando Porto Alegre, pensando, única e exclusivamente, nas questões eleitorais. São ameaças, são intrigas, sabotagem, *fake news*. Isso é o que vocês fazem o tempo todo contra quem mora em Porto Alegre. Então quero fazer um pedido muito especial aos telespectadores da TVCâmara aqui: todas as falas dos colegas vereadores, procurem verificar a fonte. Eu estou falando para vocês, 20% dos gaúchos já receberam a 1ª dose, está lá no *site* da Secretaria da Saúde, pessoal. Falo aqui a verdade real para vocês. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é, sim, um dos estados que mais receberam vacina. O Secretário da Saúde, Mauro Sparta, passa em todos os postos de saúde. Ele não mede esforços, o Melo acorda às 5h da manhã e vai trabalhar. Eu tenho orgulho de ser parceiro do nosso prefeito e do nosso vice. E quem é negacionista aí? Me fala uma pessoa que seja negacionista, ninguém é negacionista, parem de ludibriar a opinião pública. Nada serve,

nada está bom, está tudo ruim, só vocês que sabem. A todo momento, vocês sabotam o governo Bolsonaro, tentam sabotar, e aqui a Prefeitura de Porto Alegre. Então, respeito com as pessoas, não menosprezem a inteligência do ser humano. Lavem a boca quando forem falar do nosso prefeito, que trabalha e trabalha muito, certo? As pessoas estão ficando sem trabalho, as pessoas estão sem comida, nós estamos sem recursos. Então pessoal, o homem médio jamais iria acreditar numa lorota dessas, que Porto Alegre é a capital do mundo, é o epicentro, sendo que 20% dos gaúchos já receberam a 1ª dose da vacina. É isso, obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Bobadra. Lembrando que nós estamos no período de discussão do projeto de lei, que dispõe sobre a requisição de bens e serviços de UTIs, CTIs na rede privada, enfim. Eu sei que os nossos debates aqui têm sido bem amplos. Mas tenho que lembrar que estamos debatendo o projeto de lei.

Vereador Leonel Radde (PT): O Bobadra, ele não pode agir com *fake news* e mentiras, são 20% da população prioritária para vacinação, que foi vacinada, Bobadra, e a 1ª dose não imuniza ninguém. Então o argumento tem que ser sério, senão, vira piada.

Vereador Matheus Gomes (PSOL): Só no intuito de retificar a informação, a população está assistindo o nosso debate, nosso compromisso é combater a pandemia, está no site da Prefeitura: 20% do grupo prioritário. É importante retificar essa informação.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB): Quero ratificar a informação. Porque fica sendo dito como se fosse verdade, aqui têm pessoas que acusam os outros de *fake news*, mas que adoram praticar. Que pegam uma notícia, uma matéria, que saiu no New York Times e usam aqui como se Porto Alegre fosse o epicentro da Covid-19 no mundo. Isso é uma palhaçada, isso é uma piada de mau gosto. Uma matéria maldosa que descontextualizou o que o prefeito Melo disse. É importante destacar que Porto Alegre é, sim, a cidade brasileira que mais vacinou até agora. Isso, não tem como vocês dizer que não é verdade. E outra coisa, a gente só ouve politicagem aqui, vindo de uma esquerda que não quer mais leitos de UTI; vindo de uma esquerda que diz que é quem quer defender o povo; mas que entra na justiça para impedir que as pessoas mais carentes tenham acesso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL n.º 064/20.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Muito obrigado, Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, primeiro, quero registrar aqui, por questão de justiça, a maneira cavalheiresca e educada e respeitosa que o Ver. Pedro Ruas tem quando faz as suas intervenções. Eu precisava fazer isso, por questão de justiça. Outro assunto importante, a questão de notícias no New York Times, mas eu estou impressionado como a esquerda está abraçando o capitalismo. Falam com uma intimidade do The New York Times, só que essa notícia foi plantada lá por uma jornalista do Partido Comunista Brasileiro; plantou da maneira que ela quis, certamente alimentada pelos genocidas daqui, de Porto Alegre. Quando eu ouço o Ver. Leonel Radde – que é um bom vereador, sim, senhores – preferir não ter leitos de UTIs para os doentes... Ele prefere não ter leitos, e faz uma conta perigosa e genocida – aí, sim, é genocida! –, porque não ter leito de UTI e não ter leitos hospitalares, aí, sim, é para matar gente. O Ver. Leonel prefere dar dinheirinho para os seus eleitores do que ter leitos para internar aqueles que precisam. Ainda bem que o prefeito Sebastião Melo fez esse esforço extraordinário, empenhando recursos que a Prefeitura terá que tirar de outros lugares para pagar essa conta. Graças a isso a curva de mortalidade vai baixar nos próximos dias. Então, vereadores, não é assim. Genocida é quem não quer dar assistência médica. Já não quiseram dar remédio de tratamento antecipado, entraram na justiça, e agora declaram, duas vezes o vereador declarou, ser contra ter leitos de UTIs e prefere dar dinheiro. Dinheiro é necessário para quem precisa, nós concordamos, mas não pode preferir isso do que ter leito onde se trata da vida das pessoas. Quem desdenha isso aí, sim, é genocida.

Parece-me que foi o Ver. Matheus que disse – e me desculpa se não foi – que disse que a Câmara de Vereadores está sendo subjugada pelo Executivo. Vereador, a Câmara de Vereadores não é formada só pelos 10! A Câmara de Vereadores é formada por 36 vereadores, quem tem que ter respeito são vocês, respeitem a grande maioria, ou vocês pensam que só os 10 são gente e só os 10 pensam? Não! Nós temos mais vereadores responsáveis na cidade, nós somos 36, e vocês conseguem ser 10, fazem o seu papel, mas não desdenhem da grande maioria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Inicialmente, me inscrevi para saudar o projeto da Ver.^a Karen, porque é uma iniciativa que vem muito ao encontro do momento que nós temos, mas não tem como fingir que a gente não ouve essas barbaridades que são ditas aqui. Alguns de nós parece que vivem num mundo paralelo, só pode. Inclusive, Ver. Cecchim, eu não sabia que os comunistas tinham tanto poder assim, de fazer o The New York Times publicar uma notícia mentirosa. Desculpa, vereador, mas nós somos o Estado que mais mata e a cidade que mais mata, e isso não somos nós que estamos dizendo, quem dera nós tivéssemos toda essa capacidade de

comunicação, porque eu acho que certamente teríamos outro momento aqui na Câmara de Vereadores hoje, mas é inegável que Porto Alegre é o epicentro dessa crise mundial, e que só falar de leitos – que são importantes – não dá conta da crise em que nós vivemos. Nós tivemos consecutivos aumentos da capacidade de internação; porém, nós não tivemos baixa das internações. À medida que nós aumentamos os leitos, também aumentamos a ocupação deles, isso prova que essa medida, por si só, é incapaz. O que precisamos fazer? A gente fala da defesa da economia, mas o que nós estamos fazendo, neste momento, é lesando a economia, porque nós não estamos planejando, gente. É uma queda de braço que leva somente o trabalhador e quem tenta produzir nesta cidade. Essa queda de braço que não planeja, que não tem um plano emergencial de combate a essa pandemia, que não sabe as regiões mais afetadas, que não pensa em medidas restritivas pensando o período para que progressivamente se possa retomar, que não pensa numa liberação de crédito para quem mais precisa, que não pensa que as famílias que precisam botar o pão na mesa vão sair para a rua igual manada de elefantes. Nós precisamos entender o momento e parar de discursinho vazio aqui. Quando um presidente não dá conta de governar e comete os crimes que Bolsonaro está cometendo – e vai responder por eles – tem que ser dito, porque nós fomos eleitos para isso; eu não fui eleita para ficar aqui dando tapinha nos braços dos vereadores, eu fui eleita para apontar os problemas que nós vivemos. Nós já deveríamos ter vacina, é a vacina que traz a tranquilidade, a normalidade, que traz um período futuro melhor – é só a vacina.

O projeto da Ver.^a Karen vem a contribuir neste momento, no período em que nós mais precisamos. Se nós tivéssemos pensado, Ver.^a Karen, há um ano, e planejado esse projeto, pensado progressivamente o avanço da crise, quem sabe nós não precisaríamos hoje estar discutindo aqui se somos ou não a cidade onde mais morre. Então queria saudar o projeto, queria dizer que a bancada do PCdoB é favorável, é nesse sentido que esta Casa deveria estar trabalhando, e não na contramão dos anseios da cidade, não na contramão do que o povo mais precisa neste momento.

Quero saudar o Comitê Popular, que realizou uma linda iniciativa, onde nós estivemos envolvidos, que coletou alimentos para distribuir para quem mais precisa. É essa a tarefa de vereadores e vereadoras comprometidos com o povo desta cidade. Obrigada e parabéns, vereadora, pelo projeto.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Leonel Radde (PT): Com todo o respeito ao Ver. Cecchim, que ele sabe que eu tenho por ele, tenho uma admiração por ele, independentemente de toda a divergência política, mas eu não disse que não sou favorável à abertura de leitos. Sou favorável à abertura de leitos, reforçando as UTIs, mas eu quero dizer que a escolha de abertura irrestrita, como está sendo feita, é uma política genocida e que economicamente não funciona. Só isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras; primeiro queria começar dizendo que estou há quase dois anos como vereadora na Casa, agora reeleita, e sempre tivemos discussões, nem sempre a gente concorda com as mesmas ações, mas eu nunca vi uma legislatura na qual tem tantos desentendimentos, e a gente não consegue chegar a um consenso. Cada um acha que sabe mais do que o outro, que entende melhor do que o outro do assunto, e a grande maioria das vezes a gente não está falando do projeto que está em discussão. Eu acho que é muito importante nós nos atermos aos temas para que realmente a gente possa usar a nossa responsabilidade enquanto legisladores de resolver o fato, na verdade. Então eu queria pedir aos vereadores que nós pudéssemos nos ater ao projeto e às votações e não discutirmos quem está certo ou quem está errado, porque vira politicagem, vira protagonismo, cada um querendo mais protagonismo do que o outro, e a gente não consegue ajudar a cidade. Esta é uma coisa que eu gostaria de deixar clara aqui.

Com relação ao projeto da Ver.^a Karen, eu conversei muito com a vereadora, na semana passada, quando nos encontramos, e eu sou uma grande defensora da saúde pública, as causas da saúde são minhas maiores bandeiras, mas me preocupa o projeto no sentido de que a fila única, na verdade, não vai ser só para os hospitais municipais, pelo que eu entendi, vão entrar todos os leitos dos hospitais privados e públicos. Como fazer essa gestão? Porque, na verdade, hoje temos uma regulação estadual, uma regulação municipal que conversam entre si e, através dos hospitais contratualizados e dos hospitais de gestão municipal, já existe essa fila única onde os casos mais graves têm prioridade. Como vai ser feita essa gestão com o privado? Isso me preocupa, porque, na verdade, o Município não repassa para os privados. Eles vão assumir essa conta dos leitos de que forma? Eu acho, particularmente, que isso é inconstitucional – acho –, porque não sei como seria a gestão disso. Então me preocupa, porque é uma responsabilidade muito grande e daqui a pouco a gente estará interferindo, na verdade, em pautas privadas e públicas e misturando tudo isso. Eu sei que é importante a gente buscar alternativas, eu recebo milhares de pedidos diários de pessoas buscando ajuda para ser internadas, mas esse não é o nosso papel, esse é um papel da regulação do Município e da regulação do Estado.

Acho que é válido tudo que tentas fazer para ajudar a saúde, mas me preocupa essa mistura do Município com o privado, eu vou me abster neste projeto, para que eu não vote contra à Ver.^a Karen, mas eu fico preocupada com a inconstitucionalidade do projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, vereadores, público que nos assiste; não consigo entender o debate que está se fazendo. Falou-se de

tudo, alguns vereadores defendem o projeto, mas não falam o que realmente está escrito no projeto. Lendo o projeto, eu fico pensando: acho que não estou lendo o projeto que estamos discutindo! Primeiro pela forma como os vereadores falam; depois, pelo que está escrito no projeto. Ou eu não estou entendendo, não estou conseguindo compreender, ou talvez o meu português não tenha a dimensão do que está escrito aqui, eu não estou conseguindo entender, porque aqui, o art. 1º do projeto, fala em requisitar as UTIs e as pessoas dos hospitais. Pelo que eu estou entendendo, a Ver.^a Karen quer que o Município encampe os hospitais. O secretário do Município vai lá e diz: “Agora essa UTI é da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, não é mais do Hospital Moinhos de Vento”. As pessoas aqui falam em requisição, mas para mim isso é uma intervenção. A Ver.^a Karen quer transformar Porto Alegre num socialismo por lei municipal. As pessoas votaram, escolheram um governo, e ela quer mudar o governo, ou eu estou entendendo tudo errado aqui, Ver.^a Karen, a senhora me desculpe! O que está escrito aqui é que a senhora quer requisitar os equipamentos, e não só os equipamentos, as pessoas. Aqui diz no art. 1º: “(...) assim como a requisição dos serviços das equipes médicas”. As pessoas que trabalham nos hospitais particulares agora serão requisitadas pelo Município. Para mim, isso aqui mais beira a tentativa de tomar conta de transformar em socialista o Município de Porto Alegre do que de combater a Covid-19. Aqui, a sua explicação é sobre a renda das pessoas. Agora, tem pessoas que ganham mais, tem pessoas que ganham menos; então nós vamos tomar conta, vamos encampar os hospitais e as UTIs. Eu acho que, no fundo, no fundo, não é bem isso o que está escrito, mas é isso o que a senhora está pensando. Daqui uns dias, a senhora vai requisitar os supermercados de Porto Alegre. Nós vamos requisitar os supermercados de Porto Alegre para a Prefeitura distribuir alimentos, porque ninguém mais vai trabalhar, está implantado o socialismo na cidade de Porto Alegre. É um absurdo o projeto da vereadora, assim como a intenção da vereadora. Eu acho que eu estou todo errado, ou então a senhora não conseguiu explicar. Vocês discutiram tudo aqui, quantidade de vacina, porque Porto Alegre, porque não sei o que, mas sobre o projeto não ouvi ninguém da oposição falar, defender; ninguém do PT e do PSOL defendeu o projeto, explicar o projeto. Eu estou entendendo isso, espero que eu esteja errado, Ver.^a Karen, que a senhora não queira implantar o socialismo por um projeto de lei no Município de Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Márcio. Eu venho até a tribuna para parabenizar a Ver.^a Karen pela iniciativa, uma iniciativa que vai, sim, ao encontro dos anseios da população de Porto Alegre, se coaduna às preocupações de todos que estão dedicando muita energia para combater a Covid-19, diferente de uns e de outros que estão dedicando a sua energia para vender patrimônio alheio, do povo de

Porto Alegre. Eu acho, sim, que a preocupação deveria ser outra. Isso significa, de fato, não querer que essa proposta da vereadora passe; significa, de fato, não querer ajudar Porto Alegre; significa, de fato, deixar como está deixa. “Deixa os hospitais fechados, como estão. Deixa fechado o Álvaro Alvim, deixa fechado o Parque Belém, com os instrumentais todos lá dentro. Não precisa de leitos”. E aí é uma contradição com aquilo mesmo que o Ver. Cecchim falou. O Ver. Cecchim veio aqui e falou que tem que ter mais leitos, que tem que ter mais leitos. Mas aí, agora, a base aliada do governo vai votar contra o projeto? Então o que é isso? É um jogo de retórica, cada momento se pega uma fala, um fala aqui, outro fala lá. Agora, misturaram até socialismo no meio sem explicar o que é. Tem que explicar, tem que conversar, tem que falar a realidade, tem que trabalhar com exercício, com informações concretas. Não dá para ficar só nesses chavões aí. Tem gente que usa só os chavões, como tratamento precoce. Tratamento precoce virou um chavão, “toma o tratamento precoce que ajuda”.

Tratamento precoce contra a Covid-19 é, sim, abrir mais leitos; é, sim, requisitar os instrumentais para a Prefeitura organizar; e não é roubar, não é tomar conta, é requisitar e pagar o que deve ser pago. Eu quero lembrar aqui o colega Mauro Pinheiro que, inclusive, o governo anterior, do qual o senhor fazia parte, requisitou uma parte de instrumentais dos hospitais parados, fez lá o contrato, enfim, vai pagar, pagou a Prefeitura. Até porque nós estamos dentro de uma legislação muito fundamentada, a legislação brasileira. Então essa coisa de jogar para a torcida, “vamos jogar para a torcida, eles são do grupo de lá, nós somos do grupo de cá”, não dá, vamos parar com isso, vamos parar. Vamos botar a bola no meio do campo e vamos lutar para tirar Porto Alegre do epicentro da Covid-19.

Quero convidar vocês. Vamos ajudar a Dona Maria, que, provavelmente, está agora pegando Covid-19 porque o transporte está lotado; vamos ajudar o Seu Pedro a não pegar Covid-19, porque agora liberaram tudo; vamos ajudar o Seu João a fazer um auxílio emergencial para ele. Então assim, gente, vamos apoiar o projeto, é um projeto importante, vamos parar com essa coisarada de ideologia. Tudo é ideologizado aqui dentro, tudo vira ideologia! O que virou o Parlamento Municipal? As pessoas não querem mais trabalhar pelo povo. Mas então peguem o chapéu e vão embora, entreguem o mandato para o suplente! Só querem fazer o que o governo manda. Acho que ligam: “governo, o que é para fazer hoje? É para eu ir para a Câmara ou não é? ”. Vamos parar com isso, tchê! A maioria aqui foi eleita pelo voto direto do povo! A maioria foi eleita, sim, pelo voto direto do povo, sem engambelação. Agora, não querem trabalhar pelo povo. Tem que trabalhar, tem que votar um PL que é bom para o povo! Ou então explique por que é contra o povo, explique, diga: “olhe, eu não quero mais leitos, eu não quero mais instrumentais, eu quero que o Hospital Parque Belém fique fechado com tudo apodrecendo lá dentro; eu quero que fique o Álvaro Alvim também apodrecendo tudo lá dentro; eu quero o Beneficência Portuguesa com meia dúzia de leitos”. Pode ter muito mais! Vamos ajudar o prefeito de verdade. Ajudar o prefeito significa aconselhá-lo contra as más companhias, as más companhias, porque eu não erro em dizer: o prefeito tem, sim, algumas más companhias. Se ele não se desvencilhar dessas más companhias, a política que ele vier a implementar em Porto Alegre durante

quatro anos irá de mal a pior, e ele vai tomar conta do título que era do Marchezan: o pior prefeito da história desta cidade. Eu não gostaria de ver o prefeito com esse título, sinceramente, porque perde a cidade de Porto Alegre, perde o povo.

Vamos apoiar este projeto importante para a gente ter a centralização a partir da Secretaria de Saúde, não vamos tergiversar, inventar coisas aqui para dizer que não vai votar porque é da vereadora. Vamos apoiar a luta do povo de Porto Alegre.

Para concluir, Presidente, um abraço para todo mundo. União, gente, união! O ataque é contra a Covid-19. Vamos vencer esse vírus, mas com seriedade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Cássia Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde, senhores vereadores e vereadoras. Olhem, eu confesso que até aqui procuro não me meter muito. Nós estamos em um momento difícil na Câmara, estão se digladiando os dois lados. A maioria não é tão radical assim, mas fica pressionada com algum dos lados ou com os dois lados, com os extremos.

Eu vou na linha de que gostaria que este projeto fosse melhor explicado, porque, senão, parece que os hospitais particulares ou privados, como queiram, não estão ajudando. Este projeto dá a entender que o Mãe de Deus não está ajudando, que o Moinhos de Vento não está ajudando. Olhem, se não tivéssemos os hospitais particulares... Mas sempre vêm com a mesma coisa: hospitais que nunca abriram. Aí, é fácil falar. Já foram abertos, no mês passado, ou neste ano, centenas de leitos. Este é o pior momento, a gente sabe. Como dizem os entendidos, que eu já nem sei quem é que entende mais, todo mundo entende de medicina agora neste País, todo mundo mata e desmata... Olhem, é impressionante, não tem esquerda e direita, é uma confusão. Eu digo para vocês com a maior sinceridade. Esta pandemia não tem time de futebol, não tem partido político, não tem religião. Vocês estão fazendo um desserviço com esse trabalho dos governos municipal, estadual e federal, estão fazendo um desserviço. Parece que muitos vereadores desta Casa querem ver mortes, querem ver sangue. Eles não defendem o pobre, eles defendem a pobreza, na maioria das vezes.

Então, eu gostaria de votar um projeto, uma requisição. Isso aqui é praticamente liquidar com os hospitais, eu não posso admitir. Se for isso, a proponente deste projeto diga qual é o hospital que não está contribuindo, que tenha coragem e diga, e nós vamos lá ver. Qual é o hospital que está aberto aí que não está colaborando, que não está colocando leitos, que não está socorrendo a população de Porto Alegre e do Estado? É isso o que nós queremos saber. Não adianta aqui... eu vou dizer para vocês com a maior tranquilidade: a maioria da Casa quer trabalhar, e trabalhar sem polêmica de radicalismo. Quero dizer para vocês: os de direita radical não me convencem, nem os de esquerda radical me convencem. Brigar não adianta nada. A Câmara, neste ano, está num péssimo trabalho, ou seja, é só briga, briga, briga, só esquerda, direita radical. Não!

Eu não gostaria de votar este projeto. Agora, peço à Ver.^a Cláudia: vamos ser corajosos, é “sim” ou “não”, abstenção neste momento não. Vamos votar. Eu voto “sim”, mas tem que me explicar bem, não dizer que aqui tem hospitais que nunca abriram. Aí, é fácil falar. Foi provado por isso e aquilo, não vou nem citar nomes, até porque não sou prefeito, temos que ajudar qualquer tipo de prefeito nesta hora triste da vida de Porto Alegre, do Estado, do Brasil e do mundo.

Hoje tem matéria do Rodrigo na ZH, que o Chile, não adianta, é o que mais vacinou na América, mas não adianta só vacinar, também estão aumentando as mortes pelo coronavírus. Todo mundo acha que sabe um pouco mais do que os outros. Tem que olhar o mundo como está, todos estão com dificuldades. E olhem, o nosso País é muito difícil em tudo. Todo mundo entendia de futebol, e aí o Brasil parou de ganhar títulos mundiais, então o pessoal diminuiu. Agora, todo mundo entende de medicina. A esquerda, então, vai resolver todos os problemas, mas os problemas que eles criaram, que eles fizeram: desemprego, pobreza, mentira, safadeza, roubalheira! Vamos parar com isso, vamos votar, sim: é “sim” ou “não”. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, este projeto tramitou na COSMAM, no governo anterior, em 11 de agosto de 2020, que era uma outra política da saúde, quando inclusive nós – eu também – reivindicávamos muito um hospital de campanha já para deixar abertos com restrições, mercados, supermercados, comércio em geral. E como não tinha também outras informações, este projeto tramitou na COSMAM, foi apontada a inconstitucionalidade, máculas de inconstitucionalidade pela CCJ, depois nós o consideramos um PL garantista e não autorizativo, tendo em vista aquele momento na rede hospitalar e as informações que nos chegavam. Mas, hoje, passados todos esses meses, com a mudança de governo e tudo o que está sendo feito pelo secretário da saúde, é outro contexto.

Eu fiz um levantamento e falei na tribuna, na semana passada, sobre tudo o que tinha feito, sobre a vinda também de vacinas, sobre leitos hospitalares, sobre a tentativa de conseguir com a iniciativa privada a abertura do Álvaro Alvim, que era do Hospital de Clínicas e tinha sido fechado, estava vinculado ao Hospital de Clínicas. Mas, hoje, vendo toda essa mudança, vejo que este projeto não contempla mais o novo período. Por mais que passem a tarde dizendo que não, estão aí para comprovar os números. Nós estamos, sim, no epicentro, no epicentro da vacinação, porque é a capital que mais está vacinando. Quanto aos que passaram a tarde inteira falando, que nós estamos no The New York Times, realmente, a jornalista faz parte de um *site* que se chama vermelho.org.br, se ela não tem ideologia vermelha, como diz ali no *site* dela, eu não sei do que se trata. Coloca Porto Alegre como o maior drama do País, esquecendo

que tem Manaus e muitos outros – não que a gente quisesse que tivessem tantas mortes, porque nós também estamos sofrendo, nós também perdemos –, mas, como toda esta tarde ficamos aqui para aprovar um projeto que, hoje, com o sistema hospitalar totalmente modificado, nesta gestão, com outro secretário, é natural que as reivindicações e as necessidades sejam outras. Vamos parar com esses ataques, a tarde inteira, distorções, e depois se fazerem de vítimas, dizerem que é uma parte, que é a outra. Vamos trabalhar, Porto Alegre precisa de mais trabalho; as pessoas estão sem emprego, as pessoas estão sem dinheiro, e não vai ser uma cesta básica que vai contribuir para melhorar a situação, principalmente, da classe média, daqueles que estão perdendo tudo. Vamos em frente. Eu mudarei meu voto, porque estamos num outro governo. Vamos parar também de criticar aqueles que estão na rua, que é este governo, que está o secretário, está o prefeito em tudo que é ponta de Porto Alegre, por questões ideológicas. Vamos votar a nossa vontade; “sim” ou “não”. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde a todas e todos, eu me inscrevi aqui também, porque, realmente é muito difícil ouvir todo esse debate sem opinar. Primeiramente, para parabenizar a Ver.^a Karen, por trazer um projeto de fundo para o debate, apresentar propostas que mexam, de fato, com a vida das pessoas e com a estrutura do Município. Quero dizer que aqui está sendo duramente criticado o processo de judicialização, e dizer que, para quem gosta de citar o direito constitucional, o Estado, o Município, Estado e Nação são administrados por três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, que são interdependentes e harmônicos entre si, e o Judiciário é o que faz prevalecer a lei. Então, quando o Executivo e o Legislativo ignoram a legislação, ignoram a Constituição, por certo e por óbvio há que se buscar o Judiciário. Eu acho que isso não é crime, é justo e é correto que se faça isso, porque a democracia é assim constituída.

Também me causa espanto aqui, hoje estarmos debatendo essas medidas de tratamento preventivo, estarmos discutindo cloroquina, discutindo essas medicações que a ciência e a medicina não comprovaram a sua eficácia. Cadê a Organização Mundial da Saúde? A própria Anvisa! Agora tivemos um caso dramático aqui em Camaquã, da médica que receitou cloroquina para quatro pacientes e três morreram! Temos que ter responsabilidade com as informações que a gente leva para o público. Hoje ouvi a neta do Teixeira, dizendo que a mãe morreu porque foi atrás dessas informações, dizendo que não precisava de isolamento – até bem pouco tempo se dizia que não existia o vírus, que o vírus era uma invenção. A gente vive essa tragédia também por muita falta de informação, e informação equivocada, para não dizer outra coisa, que são passadas. O Brasil, e não é só Porto Alegre, o Brasil está no epicentro do mundo, é uma ameaça mundial, por falta de política de enfrentamento à Covid. Dizer que Porto Alegre é a

capital que mais vacinou, é verdade, mas o que representam as vacinas hoje no Brasil? Não representam nem 2% da população vacinada! Não tem vacina. Não tem política para isso. É muito difícil ficar debatendo no vazio. Nós precisamos de ações, de medidas exatas, corretas, que protejam a nossa população, especialmente aqueles mais pobres, que estão sem trabalho, que estão sem assistência médica. Ontem, nos hospitais, havia 170 pessoas esperando por um leito de UTI. O Brasil está no epicentro da pandemia no mundo. Não temos políticas sérias de enfrentamento à pandemia, e Porto Alegre, infelizmente, está nesse epicentro aqui no Brasil; já tivemos um momento em que foi Manaus, mas hoje é Porto Alegre. Medidas de flexibilização para salvar a economia, não vão salvar, porque as pessoas estão doentes! Só vão aumentar as filas nos hospitais! O prefeito Melo injetou R\$ 16 milhões no transporte público, mas o transporte público continua lotado! Ainda hoje recebi várias comunidades pedindo ajuda para que tenha mais ônibus circulando. Isso é muito difícil, no meio dessa crise profunda, de centenas de pessoas aqui na capital morrendo, diariamente, e nós discutindo no vazio.

Parabenizo a vereadora e vamos seguir em frente, porque Porto Alegre, que já foi a capital da democracia, a capital do Orçamento Participativo, merece mais, merece mais carinho, mais atenção, especialmente de nós, vereadores, que fomos eleitos e eleitos para defender os interesses da população de Porto Alegre, não de um grupo aqui e outro acolá de empresários, porque empresários sérios estão defendendo o isolamento social e estão preocupados com a proteção de seus negócios, mas, fundamentalmente, com a vidas das pessoas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL n ° 064/20.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas. Eu tenho tentado, na medida do possível, não me manifestar muito sobre a pauta, porque alguns colegas, infelizmente, acabaram achando que eu tenho, vamos dizer assim, um comprometimento por causa do que passei, por ter ficar internado bastante tempo, e eu tenho tentado ser muito equilibrado e justo, Presidente, para não entrar nessa... Caso os colegas lembrem, quando eu saí e retomei meu mandato, eu disse que, infelizmente, a nossa classe tem transformado a pandemia num grande cabo eleitoral, mais do que cabo eleitoral, um cabo de guerra, um puxa para um lado, e o outro puxa para o outro, e que eu tomaria muito cuidado, por respeito à comunidade médica, para não cair nisso.

Eu só quero fazer uma ponderação: não é só porque mudou o governo – e vejo aqui na tela o Ver. Felipe Camozzato e lembro que a relatoria deste projeto, se não me engano, foi do nosso colega, Mendes Ribeiro, que hoje é secretário de obras e infraestrutura da cidade –, que o projeto passa a ser constitucional. Recentemente, alguns vereadores aqui gastaram bastante dinheiro público – porque tempo na Câmara

de Vereadores é dinheiro público – debatendo um projeto também podre de inconstitucional. Vereador tem as suas limitações previstas na Constituição, mudou o governo, mas continua sendo projeto inconstitucional, não cabe esse projeto. Eu quero agradecer aos vereadores que, na legislatura passada, entenderam uma proposição que eu sugeri, de que os projetos chegassem na CCJ e passassem a ser distribuídos, automaticamente, para outras comissões, porque, antigamente, era pior ainda, chegava na CCJ, ia para uma comissão, aguardava o prazo, depois ia para outra comissão, aguardava o prazo e ia para outra. Hoje, já é mais prático, mais veloz, para que a gente faça os debates. Vou fazer um apelo aos colegas, naquela época eu tentei também defender que projetos inconstitucionais não chegassem ao plenário, porque projetos inconstitucionais gastam tempo e dinheiro público, e não adianta o vereador dizer: “ah, mas é que eu quero emplacar, eu quero...” Para mim, isso não é uma política séria; alguns dizem que é para produzir *cards*, outros dizem que é para ludibriar as pessoas, pegar as pessoas de determinados setores para ter ao seu lado e dizer: “Eu tentei fazer, olhem quem são os vereadores contra...” Por favor, mais responsabilidade. Eu não vejo como votar a aprovação deste projeto de unificação dos hospitais privados, hospitais públicos, por um motivo simples: não acho que seja constitucional e não acho que seja do escopo do vereador fazer isso. Era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Boa tarde, Presidente, colegas vereadoras e vereadores. Eu estava aqui ouvindo atentamente esta proposição apresentada pela Ver.^a Karen, que, ao meu ver, muitos vereadores e vereadoras, pelas suas manifestações, não entenderam o teor do projeto. Aliás, inclusive alguns nem se detiveram ao projeto, ficaram naquelas picuinhas de não aceitar um debate político, ou divergindo dele, trazendo outros assuntos aqui na pauta. Eu avalio em dois aspectos o projeto da Ver.^a Karen. O primeiro, porque existe uma enorme preocupação em relação ao que nós estamos passando, que é o combate à pandemia, e que se criou uma rede de atendimento, gerenciada pelo poder público, da oferta dos serviços, mais precisamente das vagas em enfermagem, que são leitos de enfermagem e UTIs, dos prestadores desses serviços, que na sua grande maioria são filantrópicos. O projeto da Ver.^a Karen trata disso, hospitais filantrópicos ou prestadores conveniados. Existem dois lados: se nós observarmos o Hospital Parque Belém, que fechou recentemente, de fato, este projeto tem um enorme sentido, porque ali foram investidos inúmeros recursos públicos e ficaram lá muitos equipamentos sendo sucateados, e até hoje estão lá. Quando se trata de hospital filantrópico que, por sua vez, por lei federal, é obrigado a fazer uma prestação de serviços de até 64% de seu atendimento, na sua totalidade, os cálculos que eles fazem, 64% dos leitos são disponibilizados ao SUS. Nesse caso, o poder público, que é gestor do sistema – até porque Porto Alegre é gestão plena, ela é municipalizada,

é um pouco diferente de muitos municípios que não são; e aí a regulação é estadual, e aqui é municipal –, a pedido do gestor municipal, trancou inúmeros outros atendimentos de patologias diferentes, como, por exemplo, o tratamento do câncer e outros tipos de cirurgias que até então tinham enorme prioridade, como os transplantes, na Santa Casa e outros hospitais, e passaram a atender à Covid, por causa do critério estabelecido pelo próprio gestor, uma questão de decreto, que os hospitais poderiam, inclusive, e deveriam ofertar mais números de leitos de enfermagem e UTIs. Por isso que eu digo o seguinte: o Sistema Único de Saúde garante o acesso integral e universal, não importa de onde tu vens, se for da praia, o Hospital da PUC é regional, ele vai atender toda a região norte, para atender a esses pacientes; se o Hospital de Clínicas é da Zona Sul, vai atender todo paciente que vem da Zona Sul. Há uma regionalização dos atendimentos. Eu acredito que a Ver.^a Karen acerta quando ela diz o seguinte: criar um comitê técnico para poder saber como se procede essa fila. Mas eu diria o seguinte, a Central de Leitos, tanto municipal como estadual, não é uma pessoa que decide, possivelmente existe ali uma comissão técnica que decide. Se eu vou numa emergência e recebo a informação que o meu familiar vai baixar e naquele hospital não tem vaga, o prestador me diz o seguinte: aguarda que vai para a Central de Leitos e, em seguida, tu recebes informação, hoje ou amanhã, para onde vai teu familiar. E, de repente, tu recebes a informação que o teu familiar vai para o Hospital Vila Nova, é este o trabalho da regulação, encaminha o seu familiar dentro da regulação para o Hospital Vila Nova. Então, nesse aspecto, eu confesso que a minha querida Ver.^a Karen teve uma enorme intenção quando ela fala de hospitais que se estruturaram como recursos do Sistema Único de Saúde e que, infelizmente, vários deles estão fechados, sucateados, sem nenhuma finalidade no momento em que o poder público mais precisa. Por isso, fiz aqui a minha explanação do conhecimento, pequeno conhecimento, sobre como funciona hoje a regulação no Município de Porto Alegre. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, eu só gostaria de fazer uma rápida intervenção aqui. O projeto da Ver.^a Karen, que é inconstitucional, ela poderia retirar e fazer um projeto indicativo para o prefeito, apenas seria essa a minha manifestação.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente. Eu queria debater o projeto da Ver.^a Karen nos termos que ela apresentou mesmo, acho que a gente acabou tergiversando um pouco a discussão, tirando do foco. A ideia de construção de uma fila única emergencial, não foi, na verdade, criada pela Ver.^a Karen, ela certamente sabe disso ao propor isso. É um debate que está sendo feito em nível nacional desde antes de o Brasil ter um registro tão volumoso de casos de Covid-19. A Lei nº 13.979, de 6-2-2020, foi sancionada pelo Presidente quando o Brasil ainda começava a se preparar para enfrentar a pandemia e já previa, no seu art. 3º, a possibilidade de (Lê.): “...requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa...”. Então, dentro dessa perspectiva, eu compreendo este projeto como uma tentativa de ajustar a legislação municipal a um elemento que já existe em nível nacional desde o princípio da perspectiva de combate à pandemia. Pois bem, a questão da fila única também se trata de uma recomendação articulada desde o comitê nacional da saúde. É importante que a gente saiba disso. O presidente do Conselho Nacional de Saúde, inclusive, o Dr. Fernando Pigatto, vou ler uma declaração dele que está contida aqui em notícia do Conselho Nacional de Saúde quando foi apresentada a defesa da necessidade de uma fila única. O Presidente dizia que era imprescindível utilizar esse princípio para salvar vidas. É inadmissível que pessoas morram por não haver leito de UTI, enquanto vemos hospitais privados com leitos vagos, isso não pode ser permitido. Então, o projeto não está falando de nenhuma questão que, até o momento, ainda não tenha sido debatida no âmbito do poder público, no âmbito dos profissionais da saúde sobre o tema do combate à Covid-19. Eu lamento que a Ver.^a Lourdes tenha voltado atrás no parecer que ela escreveu na ocasião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, no ano passado, porque, de fato, se trata de um PL que é garantista, está de acordo com as nossas possibilidades, nós, legisladores. Para retomar o que o Pedro Ruas disse no início da discussão, é um projeto de quem está a fim de legislar, de quem está a fim de atuar para colaborar com o poder público no sentido do combate à pandemia. Não tem nada a ver com encampar, com estatização, não se trata disso. Trata-se de uma forma de organização, da criação de mais pontos de encontro entre os gestores dos hospitais públicos com os gestores dos hospitais privados, com os espaços que já existem de articulação conjunta do poder público para combater a pandemia. É nesse sentido. Nós ouvimos aqui, na Câmara de Vereadores, este ano várias coisas serem ditas sobre hospitais públicos e privados, sobre gestores de hospitais públicos e privados também. Nós vimos o próprio secretário de saúde vir aqui ao nosso debate e, bom, apresentou o planejamento lá no início de fevereiro, que não condizia com o desenvolvimento da doença naquele momento. Agora, estão tomando outras medidas de criação de leitos, estão agindo sobre hospitais privados, inclusive. Bom, o projeto, ele está existindo no sentido de fiscalizar, de atuar sobre o problema, de agir sobre uma questão que é essencial neste momento que é o controle de leitos, dos que já existiam quando o projeto foi apresentado e dos que vierem a ser criados a partir de agora. Então, não vejo como um projeto com esse tom de radicalismo que foi pintado por alguns. É um projeto para dialogar com o setor público, com o setor privado e para a gente melhor possibilitar que o SUS – uma

centralização do combate à pandemia é muito necessária para que a gente vença de fato – cumpra o seu papel que é salvar vidas, garantir direitos iguais ao conjunto da população. É nesse sentido que eu entendo o projeto e por isso que ele deve ser aprovado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20, por cedência de tempo da Ver.^a Daiana Santos.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Vereadores, eu pedi a fala da Ver.^a Daiana para tentar contribuir com as questões que foram levantadas em torno do projeto. Primeiramente, eu queria começar com uma pergunta justamente para os vereadores: quais são os critérios hoje que existem na cidade para a lotação dos leitos, quem decide, quais são os critérios – idade, comorbidade? Onde estão publicizados esses critérios, porque o intuito deste projeto, a natureza dele é justamente resolver este problema que foi apontado também lá em maio de 2020, quando apresentei primeiramente este projeto, que foram problemas levantados pelo Conselho Regional de Medicina, que reforça a necessidade de haver critérios para organizar o sistema de saúde. E a gente propõe um comitê técnico, a partir de critérios técnicos, para as pessoas não sejam impedidas de acessarem os leitos justamente por uma questão econômica. E passado mais de um ano, a gente ainda não tem claro quais são os critérios, quem decide e onde isso é publicizado. Então, respondendo o questionamento da Ver.^a Cláudia, é sim um projeto necessário porque cria esse comitê técnico. E a unificação é a partir de uma requisição, e isso é legal, isso é permitido em momentos de calamidade pública, previsto em lei municipal aprovada pela Câmara de Vereadores, a Lei nº 3.979, que indeniza os hospitais particulares que estarão juntos conosco no combate à pandemia – os hospitais, os gestores, os trabalhadores, eles são parceiros absolutamente necessários e merecem todo o nosso apoio, o nosso respeito e a nossa admiração. E é por valorizá-los que a gente está propondo esta lei, porque ter um protocolo científico feito por um comitê científico, onde o poder público, os gestores, os trabalhadores farão parte, vai tirar das costas das equipes que hoje estão lá na ponta tendo que se responsabilizar para decidir quem vai acessar a UTI e quem não vai, sem critérios unitários em todo sistema. E aí pela fala do Ver. Mauro, deu a entender que ele não quer é que os pobres tenham acesso igualitário aos leitos disponíveis hoje na cidade porque isso é o que de fato está acontecendo. E, por fim, referente ao questionamento também da Ver.^a Cláudia, é um projeto pertinente, é um projeto que, sim, Ver.^a Mônica, poderia ser um indicativo ao Executivo, mas é um projeto que está em debate desde maio de 2020 e a gente ainda não teve nenhuma iniciativa por parte do governo Melo para resolver esse problema de acesso aos leitos. Então, é uma iniciativa do Legislativo justamente pela inoperância do governo Marchezan na época, em maio de 2020, e para que esta proposição de fato

efetive essas questões que nós estamos trazendo, que seguem necessárias e que seguem atuais. Era isso que eu queria colocar neste momento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereadora. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Pois é, eu até já ia conversar com vocês, faz tempo que eu me inscrevi para dizer que eu concordo com os vereadores que têm dito que se discutiu bastante nesta tarde, mas falou-se muito pouco do projeto. Eu, francamente, tenho sérias dúvidas quanto ao mesmo e quero dizer que tenho acompanhado, com todo o respeito ao amigo Ver. Jonas, falando que tem que trabalhar para o povo, votar pelo povo, quem vota não quer ajudar, isso é uma posição da qual eu discordo radicalmente. E eu vou votar contra e vou dizer por quê. Porque nós temos em Porto Alegre uma estrutura de saúde que dá exemplo... (Problemas na conexão.) ...grande ênfase no País inteiro. Portanto, nós mudamos agora essa situação sem entender, compreender direito, eu acredito que seria sim necessário o encaminhamento de uma proposta indicativa, sugerir para que as autoridades da saúde aqui de Porto Alegre nos dessem uma orientação. E dizer que não recebi posição de nenhuma parte, eu não estou seguindo nenhuma orientação, é a minha posição. Então, eu vou votar com bastante dúvida, mas com reconhecimento ao sistema de saúde e ao sistema hospitalar de Porto Alegre, eu vou votar contra o projeto, com todo o respeito que merecem a autora e aqueles que falaram para pedir o voto favorável. Um abraço a vocês. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Ferronato. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 064/20.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, todos os colegas, membros da Câmara de Vereadores; este projeto, eu acho que a Ver.^a Karen pensa uma coisa, ela fala outra e escreve outra. Hoje, em Porto Alegre, nós já temos as internações regulamentadas. Nós temos a Central de Leitos, que determina onde estão disponíveis os leitos em Porto Alegre. A cidade, o Sistema Único de Saúde, a própria cidade, a Secretaria Municipal da Saúde, não tem ingerência nos leitos particulares, a não ser que compre esses leitos, que sejam comprados esses leitos, aí a Prefeitura, realmente, tem ingerência, e está lá na Central de Leitos de Porto Alegre. Aí a vereadora fala que é para regularizar quem é internado, quem não é internado, quem tem direito a ser internado com Covid, quem não tem, qual é o critério. Eu acredito que nós vamos estar trazendo um novo problema, porque o médico, respeitando a ciência, respeitando a pesquisa, ele tem autonomia. Eu vou dar o exemplo da minha mãe. A minha mãe está na UTI de um hospital, ela foi retirada da UTI e levada para o quarto

em função das doenças que ela tem, em função da idade dela, para ceder leito para pessoas mais jovens, conforme os critérios que os médicos estabeleceram. Isso é um critério de médico. É que nem quando a gente fala que o paciente vai no médico, isso é que nem tu confiar num mecânico, é que nem tu confiar num advogado. Tu vais no médico, e o médico te dá para tu tomares ivermectina, azitromicina, tu vais lá e tomas, confias no teu médico. São os médicos que estão vendo quem necessita ir para a UTI, quem necessita de respirador, quem não necessita de respirador; me parece que o projeto é uma intervenção política na questão de internação. Hoje em dia, se tem uma coisa que não tem classe social, não tem sexo, que está provando que não tem idade, que não tem nenhum critério para atingir as pessoas é a Covid. Não interessa se a pessoa é uma mente brilhante, não interessa se a pessoa é humilde, é intelectual ou sem intelecto, não interessa, o vírus tem atingido a todos. A gente vê depoimentos de várias classes sociais, de pessoas de vários locais. Eu já tive óbitos na minha família, dois óbitos em função da Covid, posso dizer que já tive algumas dezenas de amigos que sucumbiram pela Covid, é uma doença que atinge a todos. Eu acredito que não vai ser nós determinando a intervenção do Município em todos os leitos de hospitais que nós vamos resolver esse problema. Ainda há pouco, a gente ouviu, no início da sessão, uma crítica de que o governo gastou R\$ 4 milhões em UTI. Quantos milhões o governo irá gastar com esses leitos? Volto a afirmar o que foi dito no início da sessão, ainda obrigando as pessoas a se internarem. Ninguém está obrigando ninguém, eu acredito que ninguém quer ir a hospital nenhum, ninguém quer ir a lugar nenhum por questões de saúde. As pessoas até têm evitado fazer os seus exames de rotina, têm evitado ir ao hospital, têm feito as consultas por vídeo, uma série de coisas. Ninguém quer ir para o hospital, ninguém quer ter um parente doente. Eu volto a afirmar... (Problemas na conexão.) ...nós vamos fazer com os leitos particulares que temos em Porto Alegre. Como o Ferronato disse, eu também vou votar “não” no projeto, mas com muitas dúvidas por esses questionamentos que faço aqui. Como nós vamos intervir nos leitos dos hospitais privados? É isso que diz o projeto. Nós vamos ter um conselho que vai dizer quem fica e quem não fica internado, quem vai ou quem não vai para a UTI? Eu acredito que ninguém queria participar desse conselho, eu acredito que cabe exclusivamente aos médicos tomar essa decisão. Nós encaminhamos e vamos votar contrariamente ao projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLL nº 064/20. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Vereadores, eu me inscrevi novamente, porque eu não sei qual é a dificuldade de compreender um projeto tão simples como esse. E me surpreende o Ver. Janta querer me fazer parecer incoerente, dizendo que eu falo uma coisa, escrevo outra e penso outra. É um projeto no sentido de

permitir que as pessoas mais pobres, aquelas que tu dizes defender, Ver. Janta, o rodoviário, o gari, o terceirizado, o lojista, consigam acessar, de forma equitativa, os leitos de UTI e de CTI que são disponibilizados hoje no Município de Porto Alegre. Tu sabes quanto é que é para te internares no Moinhos? Tu sabes quanto é que é para te internares no Mãe de Deus? Mesmo quem tem convênio, a conta que as pessoas saem tendo que pagar por essas internações... O projeto vai no sentido de garantir que o vírus, ao ser democrático e atingir pessoas pobres, ricas, velhas, novas... Hoje tem um critério socioeconômico, um critério de renda que estabelece que determinados leitos da cidade não vão poder ser acessados por mais que a pessoa esteja numa situação muito mais grave. Hoje não existem outros critérios. Existe sim uma fila. Eu perguntei para vocês, os vereadores da cidade, que estão com dúvidas, eu também tenho dúvidas em relação a isso, porque não existem critérios. Quais são os critérios que estão estabelecidos hoje? É idade? É comorbidade? O critério mais explícito é o critério da renda, porque quem tem recursos vai disputar os leitos de UTI e CTI do SUS, que é universal, mas não vai ter as mesmas condições de acessar os leitos da rede privada. Esses leitos da rede privada serão indenizados, isso é uma prática... (Problemas na conexão.) ...nosso Sistema Único de Saúde de garantir a indenização posterior neste momento de calamidade, para que isso seja revertido, para que não haja prejuízo para a rede privada. Digo isso, porque tem vereador aqui que morre de medo de ter uma interferência nos negócios privados. Saúde, para nós, não é negócio. O momento que a gente está vivendo, este tempo de epidemia para a nossa cidade, de nós não termos critério algum de como é que está sendo essa decisão, isso está caindo nas pessoas que estão na linha de frente, ter que decidir quem intuba, quem não intuba, quem é mais vulnerável, quem não é. Nós precisamos é de critérios. Isso está sendo discutido pelas secretarias municipais de saúde. O problema é que nós propusemos este projeto em maio do ano de 2020, num momento anterior a tudo isso que nós estamos vivendo, e, de lá para cá, nenhuma medida nesse sentido foi priorizada. As mortes que estão acontecendo são por parte de uma competência dos gestores: antigamente, da gestão Marchezan e, atualmente, da gestão do governo Melo. Ao manter uma iniciativa, sim, poderia ser uma indicação do Legislativo, a questão é que isso não é lei, nós precisamos de leis que consigam estabelecer esses critérios, que consigam criar esse comitê. Isso é uma coisa pela qual os trabalhadores da saúde estão clamando: critérios, uma fila, acesso, para as pessoas poderem ser atendidas a partir de critérios científicos. Científico, quando a gente coloca, é óbvio que está com os médicos, é óbvio que está com os gestores da rede hospitalar privada, é óbvio, é para facilitar o trabalho, que hoje está conturbado. Hoje é um problema nítido para quem quer acessar qualquer leito que a central única de leitos não está dando conta de estabelecer. E a universalização do acesso também, porque ter acesso à rede privada hospitalar é algo que não está na pauta do governo, e a gente sabe que a competição é desleal. Então, é um projeto que vai no sentido de garantir a justiça social, justamente tudo aquilo que o Ver. Janta gosta de dizer nas suas falas, mas, na hora de votar – e a gente precisa do voto de vocês, para que a gente consiga aprovar essa medida –, é justamente nestes momentos que a gente precisa de um posicionamento da Câmara de Vereadores em relação a algo que é necessário, que é

urgente, mais do que na época do projeto, quando nós não estávamos vivendo um momento de colapso. Agora, mais do que nunca, é necessário termos critérios, os critérios serem publicizados, porque, quando eu questiono vocês, esse é um questionamento que nos faz o tempo inteiro: quais são os critérios para acessar leitos, como é que isso está sendo estabelecido? E também a universalização, a equidade de acesso a esses leitos que hoje têm na cidade de Porto Alegre. Para mim, é um projeto muito simples, me inscrevi três vezes para tentar colocar isso para os vereadores. Da próxima vez, quem sabe, eu desenho para vocês entenderem, mas, para mim, é algo nítido. O posicionamento, que foi muito bem expresso na fala do Ver. Mauro, o Mauro é muito franco, ele não quer que as pessoas mais pobres da cidade acessem, de forma equitativa, todos os leitos de UTI e de CTI. Mas seja honesto, não dê rodopios, seja franco e direto: “Não queremos, nós temos um posicionamento, nós achamos que quem tem acesso à rede privada, aos leitos de CTI e UTI é quem tem dinheiro”. Sejam honestos com as pessoas, não façam barganha nem venham querer dizer que o projeto está confuso, é um projeto curtíssimo, simples e honesto com as pessoas. Queremos ter acesso integral aos leitos de UTI e CTI, e que haja um comitê criterioso à base de cientistas, à base de médicos, à base de gestores, para definir quem acessa prioritariamente e quem não acessa. Era isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 064/20.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ver.^a Karen, com todo respeito que me cabe a V. Exa., a senhora acusou dois colegas diretamente, o meu colega e amigo pessoal Mauro Pinheiro, publicamente, numa sessão da Câmara, dizendo que ele não quer que as pessoas pobres tenham atendimento. A senhora falou a mesma coisa de um outro colega, que é o Ver. Claudio Janta, a senhora não pode mais fazer isso. A senhora, o Ver. Jonas, vocês têm que respeitar a verdade. A senhora diz aqui e veste os seus argumentos como eles sendo inquestionáveis. A verdade é que existe uma proposição na Câmara dos Deputados. A senhora está tentando acertar uma pauta aqui que é inconstitucional, existe essa pauta na Câmara dos Deputados, para que o SUS tenha acesso pago pelo poder público, inclusive, internações em leitos de hospitais que não são SUS, desde que eles tenham alguns critérios: menos de 85% de capacidade comprometida em leitos de UTI, etc. Isso não é pauta constitucional para nós, vereadores. A senhora agora revelou, eu estava em dúvida, conversando em paralelo com alguns colegas sobre a constitucionalidade, ou não. Liguei até para um vereador da legislatura passada, o Ver. Mendes Ribeiro, que fez a relatoria da CCJ, falando quais as inconstitucionalidades, porque as pessoas, como eu, gostam de se inteirar dos assuntos sobre a constitucionalidade, ou não. O seu projeto é inconstitucional, pare de mentir para as pessoas, para o seu eleitorado que nós podemos aprovar isso. Pare com isso! Aí a senhora vem cobrar da gente que nós falemos a

verdade! Vereador não dá abono salarial, vereador não vota e decide coisas inconstitucionais. Eu estou vendo que é, de novo, uma proposição para fazer *card*, para tentar emplacar alguma coisa. Eu quero deixar claro no meu encaminhamento: a bancada do PSDB luta para sempre discutir as constitucionalidades, nós somos legisladores. Como é que nós, como legisladores, vamos desrespeitar a Constituição? O encaminhamento é óbvio, é “não”, é pela reprovação de um projeto que é inconstitucional. Simples, pura e simplesmente. Nós não somos contra ninguém, nem ricos nem pobres. A matéria não cabe a nós, vereadores. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 064/20.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores, público que nos assiste; mais uma vez, nós assistimos a uma tribuna dos horrores; mais uma vez, o PSOL falando inverdades aqui na Câmara de Vereadores, colocando palavras na boca dos outros vereadores que não foram faladas. Fale por si, vereadora, fale por si. Cada um tem a sua ideia, a sua fala, a sua certeza de que esse projeto não é bom, não é um projeto legítimo, é inconstitucional. Além disso, muito me admira a Ver.^a Karen dizer que os vereadores aqui não gostam de pobres, por isso não estão primando pela fila das pessoas mais pobres que precisam ingressar no hospital, numa UTI. Mas logo vocês, Ver.^a Karen, que não querem que tenha medicamentos nos postos de saúde para as pessoas pobres! Que incoerência, que coisa feia! Exatamente o PSOL entrou no judiciário para proibir que as pessoas mais pobres tenham medicação para tratamento, seja o que for – nesse caso, da Covid –, de graça nos postos de saúde. E a senhora vem falar que os vereadores não gostam de pobres. Tenha coerência, vereadora, a teoria e a prática têm que casar, fica muito feio isso. Projetos bons são votados, projetos ruins vão ser rejeitados. Faça um projeto coerente, constitucional, aí será votado.

Agora, vou lhe dizer, denuncie os casos que não foram atendidos, denuncie ao Ministério Público, cada um, a esta Câmara de Vereadores, quem esteve na fila e não foi atendido. Eu quero o nome dessas pessoas, nós queremos saber quem são as pessoas que estão na fila e não estão sendo atendidas pelo sistema de saúde do Município. Diga-se de passagem, o Sebastião Melo e o Ricardo Gomes têm feito todo possível para aumentar leitos de UTI, todo possível para minimizar essa pandemia que já se tornou politizada demais. Todos nós queremos que as pessoas tenham vida, e vida significa oportunizar aos que mais necessitam o que eles não podem comprar, e medicamentos estão dentro dessa ideia. Não seja incoerente dizendo que os vereadores não querem que pobres mais vulneráveis sejam atendidos, isso é demagogia – pura e barata. Todos foram atendidos, já existe uma fila. Agora, a vereadora, assim como outros vereadores, querem ser os detentores da verdade, querem decidir pelo médico o que as pessoas vão

tomar, quem vai estar na fila. Gostaria que a senhora trouxesse os nomes de quem procurou atendimento no hospital, estava na fila e foi passado para trás.

Para encerrar, Presidente, nós devemos ter mais responsabilidade, está faltando responsabilidade nesta Câmara de Vereadores. Todos nós queremos que as pessoas tenham vida, tenham o tratamento necessário e que possam acessar a saúde igualmente. Aqui não existe pobre, branco, negro, preto, existem pessoas que necessitam de atendimento, e eu tenho certeza de que Porto Alegre assim o fará. Muito obrigada. Votarei “não”.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 064/20.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Primeiro eu queria dizer à Ver.^a Karen que eu não digo que sou defensor. Eu acredito que quem está em casa, com as latinhas batendo, queira trabalhar. Eu defendo quem trabalha no comércio, quem trabalha em bar, restaurante, quem trabalha no sistema de transporte, quem trabalha no sistema de vigilância, todas as pessoas que necessitam trabalhar, que precisam ter o seu emprego. Agora, o que a senhora está fazendo é demagogia, a senhora me desculpe, com todo respeito que eu lhe tenho, mas é demagogia a senhora dizer que nós não queremos dar internação para pobre. Mas quem somos nós para dar internação para o pobre? Quem somos nós para dar internação para rico? Quem somos nós? Só tem um caixa na Prefeitura de Porto Alegre. Toda hora se dá um discurso que não tem que mexer na previdência, que não tem que mexer na Procempa, que agora vão mexer na Carris... Quanto, digam aí na tribuna, quanto que a Prefeitura bota por mês na Carris? Pergunta para a pessoa que está lá esperando uma internação, pergunta para a pessoa que está lá esperando medicamento! Porque o rico sai do médico e toma ivermectina e azitromicina, mas vocês não deixaram os pobres ganhar os remédios da Prefeitura, não deixaram, e agora vocês vêm com esse papo de defender pobre, falam que defendem pobre. Fala que defende pobre quem está com seu salário garantido no bolso, aí dá discurso para pobre! Mas eu não vejo que vocês defendam que as pessoas tenham direito de comer, tenham direito de trabalhar. Ou vocês estão só dentro de casa e não estão andando na rua? Vocês não foram no Mercado Público? Hoje é segunda-feira da Semana Santa, logo tem a sexta-feira santa, e o Mercado Público está entregue às moscas, só se vê os vendedores nas bancas gritando para atrair alguém, para vender peixe, para vender qualquer produto do Mercado Público; até os balaies de marcela estão lotados, porque não tem para quem vender. E aí vocês querem o mesmo caixa para dar vacina, o mesmo caixa para comprar leite de UTI, o mesmo caixa para dar auxílio social, o mesmo caixa para dar auxílio para as empresas, o mesmo caixa para tudo, e ainda querem manter o que já existe, que vem assolando os cofres públicos da Prefeitura de Porto Alegre, dos cidadãos, e aí vêm com esse papo de que nós não gostamos de pobre. Pelo amor de Deus! Vamos nos respeitar! Vocês não são donos dos

pobres, ninguém é dono de pobre! Ninguém aqui quer que o povo viva na miséria, nós queremos que o povo tenha condições de acesso à saúde, que o povo possa chegar ao médico do SUS – como o Dr. Thiago Duarte, médico do SUS, uma referência nas comunidades pobres do Extremo-Sul de Porto Alegre – e possa dizer que “foi o médico que eu consultei quando tive Covid que me mandou tomar ivermectina e azitromicina”. O Dr. Thiago é um malvado? Ele quer matar as pessoas ou ele é defensor do Bolsonaro? Pelo amor de Deus, gente! Vamos parar com esse papo aí de politização, de uma coisa que está matando pessoas. Volto a dizer: só defende essa política quem está com essa com seu salário garantido no final do mês! Quem acorda todo dia de manhã querendo saber se a sua empresa vai estar aberta quando chegar lá para trabalhar, se o patrão não vai querer mandar ele para a rua... O que tem restaurante fechado em Porto Alegre, o que tem de academia fechada, o que tem de taxista parado, motorista de aplicativo parado, porque não tem o que fazer na cidade de Porto Alegre! E acham que o vírus simplesmente vai dormir às 10h da noite e acordar às 5h da manhã; aí, sexta-feira, às 18h, o vírus se recolhe e acorda segunda-feira às 5h da manhã. Pelo amor de Deus, pelo amor de Deus! E aí fazer protesto pode! Fazer junção de companheiro, de camaradas, pode! Mas as pessoas levarem sustento para sua família, de forma organizada, prevalecendo os critérios de cuidados para evitar a Covid, não pode. Dizer que a Prefeitura vai comprar leite? Pelo amor de Deus, em que mundo nós estamos?! O que é isso?! O que é isso?! E quem dá o critério de quem é internado ou não é internado é o médico, é o mesmo médico que receita ivermectina e azitromicina. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereador. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 064/20.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente; vereadores, vereadoras, interessante que as pessoas têm muita dificuldade de perceber – não é que não percebam a dificuldade, claro – qual é exatamente a nossa função. Se nós não criarmos mecanismos limitando a Porto Alegre que regulamentem o acesso a um bem tão escasso quanto é a saúde, o risco é muito grande. A sociedade não é justa, ela é desigual. Nenhum dos vereadores de situação – isso é natural, eu não estou cobrando – vai cobrar do prefeito que isso fique mais transparente, porque o prefeito vai dizer “deixa que eu cuido e vocês me cobram”, e nós estamos cobrando. É isso. E o projeto da Ver.^a Karen tem exatamente isto: transparência. Existem critérios, e o Ver. Janta até falou em alguns critérios médicos, mas tem que haver outros. Os próprios critérios médicos não podem ser só os do Dr. Thiago Duarte, que é uma pessoa muito boa, de quem eu gosto muito; tem que ser um critério então de toda a medicina, tem que ser um critério público que a cidade possa conhecer e se reconhecer no critério, saber que direito tem. Por exemplo, está havendo, na vacinação, um critério com relação à idade. Eu sei que, a partir de quinta-feira, as pessoas com 66 anos para mais terão direito à

vacina, isso é um critério; então eu já sei, eu tenho 65, vou esperar quando chegar aos 65. Tem que haver um critério, as pessoas não sabem se poderão ter acesso. E se a pessoa tem, digamos, 70 anos e está disputando a fila para internação com uma pessoa que tem 30 – é possível. Eu não sei quem deve ter prioridade, não sou eu que faço o critério. Talvez a pessoa que tenha 70 tenha mais condições do que a de 30 – não é o comum, mas é possível. Quem vai decidir isso, se só há uma vaga? Então são critérios, há necessidade de critérios. Alguém imagina um multimilionário de Porto Alegre sem vaga em UTI? Pois é, ninguém imagina, mas todo mundo sabe quantas pessoas morrem na fila. Então o que a necessidade é de critérios, e isso traz o projeto da Ver.^a Karen. Ele poderia ser modificado, emendado? Sim, poderia ser, com algumas emendas. Eu acho que ele está bem assim, mas poderia ser emendado de alguma maneira se os vereadores achassem “bom, esse aspecto aqui cria um problema de nível constitucional, portanto vamos retirar; tal aspecto cria um problema de possibilidade de encampação” – aliás, a possibilidade de encampação dependeria do prefeito, mas, enfim... Não houve, o que há, me parece, é um critério do legislativo, é um critério de votação pela autoria do projeto. Se o projeto é de um vereador ou uma vereadora de oposição, esse projeto não tem mérito. É um critério, é um critério com que não concordo, evidentemente, mas é um critério. O que houve em relação à Ver.^a Karen, que simplesmente apresentou um projeto, explicou e pediu votos foi um verdadeiro massacre. Isso é um absurdo. Ela é vereadora, ela pode apresentar um projeto, inclusive inconstitucional. Votem contra, não passem na comissão, enfim, mas não se desrespeita uma vereadora assim, não é essa forma de relação que se tem aqui, ou que se deve ter aqui. Foi um massacre porque ela apresentou um projeto. Dá impressão de que as pessoas queriam apresentar projetos também, mas não podem apresentar, porque o prefeito ficaria chateado. Agora, quem apresentou? A Ver.^a Karen? Vamos destruir com ela. Poxa, foi uma falta de respeito! Olha, eu fiquei triste de ver, muito mesmo. Eu não vou julgar meus colegas, mas o que houve com a Ver.^a Karen aqui foi uma falta de respeito inadmissível.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 064/20.

VEREADOR JESSÉ SANGALI (Cidadania): Boa tarde a todos. Eu estive acompanhando esta discussão desde o início, não me manifestei, queria ter me manifestado na discussão, e acabou me restando aqui o momento do encaminhamento. Eu entendi as reivindicações e entendo que o projeto, embora bem-intencionado, ele vai acabar atrapalhando a organização do sistema de gerenciamento de vagas no Sistema Único de Saúde, que hoje é gerenciado tanto pelo Município quanto pelo Estado. Gostei muito da fala da Ver.^a Nádia, quando ela questiona quais foram os pacientes que deixaram de ser atendidos pelo SUS, porque seria a resposta que justificaria uma intervenção mediante lei, conforme essa proposta aqui, pela vereadora. Não tendo essa resposta, fica parecendo que o projeto tem mais a intenção de dizer que se preocupa com

as pessoas do que de fato disciplinar alguma coisa de modo a orientar de maneira mais efetiva o sistema de saúde como um todo. Eu tive a oportunidade de conversar com o secretário na manhã de hoje para tirar dúvidas sobre o sistema de saúde, e essa foi uma delas, e uma das questões que foi colocada, não pelo secretário, mas pela secretária, é que essa colocação, este projeto apresentado pela vereadora, padece de constitucionalidade no sentido de que em cada operação existe um custo. Hoje, essas vagas do sistema privado que ela quer requerer para o sistema público de saúde, possuem uma tabela é que é própria do sistema privado. Quando qualquer entidade acaba inscrevendo os seus leitos no sistema público, ela se submete à precipitação que o SUS paga por cada procedimento de internação, procedimento médico vinculado. Já, quando esse leito, esse sistema ou esse pessoal acaba operando no sistema privado, ele é regulado pelo sistema privado e é pago pela tabela do sistema privado, por isso, acaba, muitas vezes, acontecendo de os procedimentos médicos do sistema privado serem mais modernos, porque a tabela paga pelo sistema privado acaba sendo um pouco mais atualizada, diferente do que é o sistema público, e esse sistema atualizado permite o pagamento de procedimentos mais atualizados, de acordo com a tecnologia médica desenvolvida. E a pergunta que foi levantada, e achei importante trazer aqui, é que embora a intenção seja boa, será que o SUS vai ter condições de pagar a tabela pela qual o sistema privado é operado hoje? A resposta, infelizmente, é não. E vai surgir uma disputa jurídica aí, porque hoje, essa vaga do sistema privado – sendo que o projeto fala em requisição da vaga e do serviço – vai um pouco além disso, é como se fosse a requisição também do pessoal que passaria a prestar o serviço ao poder público. Mas se a gente se ater somente à questão da requisição da vaga física, a pergunta que fica, é: qual é que é o sistema que essa requisição vai pagar? Ela vai pagar pela tabela do SUS ou ela vai pagar pela tabela do sistema privado? Porque se for pagar pela tabela do SUS, infelizmente, a operação se torna insustentável; por outro lado, se for pagar pela tabela do convênio, o administrador público, que faz o gerenciamento da rede, vai acabar respondendo por improbidade, por pagar por um serviço acima do que a tabela do SUS o permite. E aquele responsável por fazer o gerenciamento do sistema de saúde vai ter a confusão sobre qual é o sistema que ele vai encaminhar a pessoa que está demandando um leito, porque vai ter a disputa jurídica, a disputa judicial da empresa que hoje detém a vaga, e o sistema de saúde, que estaria requisitando, mas pagando pela tabela SUS. Por conta de tudo isso, o efeito que a vereadora buscava, que era aumentar a disponibilidade de leitos para o Sistema Único de Saúde, pode ter o efeito inverso. Pode ser que final das contas, por essa insegurança jurídica e por essa disputa judicial, diminua a oferta de vagas para o Sistema Único de Saúde, e essas pessoas que hoje buscam o atendimento na rede privada, acabem tendo que demandar uma vaga no Sistema Único de Saúde. Então, por conta dessa incoerência e por conta da capacidade de isso gerar mais caos do que solução, eu encaminhei pelo Cidadania o voto contrário a este projeto, porque entendo que não tem como o nosso sistema de saúde dar conta desse problema que acabou sendo demonstrado na minha fala. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Jessé. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 064/20.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, demais colegas vereadores, eu não vou citar o nome de ninguém aqui, vou falar de modo *lato sensu*, mas eu não concordo, um vereador experiente, com bastante de corrida na política, com vários cargos, dizer que um vereador pode colocar como projeto inconstitucional. Um desperdício de dinheiro público. O dinheiro público não é nosso, o dinheiro público não é brincadeira, então, quando um vereador coloca um projeto aqui, evidentemente inconstitucional, ele subestima a inteligência do homem médio. Porque é um desperdício de dinheiro público colocar um projeto aqui que evidentemente tem vício de inconstitucionalidade, que não vai ser aprovado, só para de depois fazer um *card* e jogar para a torcida. Não dá, fica muito complicado! Eu quero trazer para vocês aqui fatos. Notícia do Correio do Povo, notícia do *site* Conjur: você que é humilde, você que é pobre, você que está passando por uma fase de transição na sua vida, você que está em dificuldades e não obteve acesso a um *kit* de prevenção, por exemplo, da Covid, baseado no princípio de observação clínica, ou seja, observa-se que determinado uso de medicamento, de forma estatística, previne ou ajuda no tratamento de determinada doença... Isso é receitado por um médico. Aqui, na Câmara de Vereadores, temos vereadores muito qualificados, nas mais diversas áreas, mas não temos, atualmente... Só se eu não estou sabendo, mas dos 36 vereadores nenhum deles é médico. Nós temos um secretário, o Dr. Mauro Sparta, médico experiente, homem muito inteligente, que trouxe para nós aqui, no começo da gestão, no começo do nosso mandato, o princípio da observação clínica. Se você não tem acesso hoje ao *kit* de prevenção, aquele *kit* que as pessoas compram na farmácia, que as pessoas estão gastando um monte de dinheiro para obter, se você não tem acesso a isso, é graças ao PSOL, porque o PSOL entrou com ação judicial proibindo Porto Alegre de distribuir esse *kit* de medicamento para a população, e quem sofre são os mais carentes, quem sofre são os mais humildes. Então, meus amigos, quem não gosta de pobre é o PSOL, quem não gosta de pobre é a esquerda, que quer apenas o seu voto, apenas manipular os mais humildes, os mais simples, mas nós estamos com vocês, em breve os nossos projetos aqui, que vão ao encontro dos que mais precisam, serão colocados para votação nesta Casa, provavelmente, na quarta-feira. Então, meu amigo, se você não tem acesso ao tratamento precoce, agradece ao PSOL, o PSOL te prejudicou. É isso aí. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 064/20, pela oposição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Eu me inscrevi novamente para tentar esclarecer as questões que estão sendo colocadas em relação à fila única. Fila não é critério de ordem de chegada, fila não é critério de quem tem rendimentos e pode acessar um leito na rede privada, a nossa ideia de fila única é a partir de um comitê gestor técnico da rede privada, junto com os gestores da rede privada, junto também com os médicos que hoje estão tendo que tomar essas decisões de forma unilateral, sem ser publicizados. Nós precisamos ter publicidade, isso não sou que estou falando, o próprio Conselho Regional de Medicina já colocou: precisamos avançar no sentido de termos critérios, de ser público. A população precisa saber, a população precisa acessar estas discussões: Quem é que vai conseguir ter acesso? Por que conseguiu ter acesso? Por que não conseguiu ter acesso? Se a gente está com esse índice de mortalidade na nossa cidade, isso reflete que as pessoas estão tendo dificuldade de ter acesso, sim, aos leitos de saúde SUS aqui de Porto Alegre. Tem pessoas que estão morrendo nas filas das UPAs. Tem UPA que está com 300% de lotação. A UPA da Bom Jesus; Unidade de Pronto Atendimento da Cruzeiro; a Moacyr Scliar chegou a fechar o seu atendimento por falta de leitos. Então, a gente precisa, sim, avançar na discussão de expansão dessas vagas de leitos de UTIs e CTIs, mas pensar também quais são os critérios, hoje, que estão sendo estabelecidos. Essa é uma proposição de maio de 2020, isso não foi absorvido enquanto uma medida de gestão por parte do governo Marchezan, e eu não estou vendo nenhuma iniciativa por parte do governo Melo e dos seus vereadores para avançar na publicização de todos esses dados, de todos esses índices. Então, é disso que o projeto trata, trazer uma eficiência para hoje. A fila que existe não traz critérios, não tem um comitê gestor, não tem um comitê técnico, e isso está criando dificuldades para aqueles trabalhadores que estão lá na ponta, tendo que decidir quem vai ser intubado e quem não vai ser intubado. Para mim, é uma questão necessária. Infelizmente, isso não parte do Executivo, não partiu da gestão do Marchezan, não acho que vá partir, pelo posicionamento dos vereadores da base do governo Melo, isso não vai partir, e a gente precisa pensar no sentido da equidade, da universalidade desses leitos. Nós estamos numa situação de colapso, e as pessoas que não têm as mesmas condições, ou até mesmo a classe média, a galera que tem o seu plano de saúde, que nem a Cláudia me falou “eu me organizei para ter um plano de saúde. “ Eu também, boa parte da minha vida eu tive plano de saúde, só que a questão é essa, igual tu saís da internação com uma conta para pagar. A gente entende que nesse momento de pandemia, nesse momento de dificuldades econômicas, que vocês muito bem colocaram, essa dicotomia entre vida e economia, não fomos nós que criamos, nós não fazemos parte da gestão, nós não fizemos parte da gestão do Marchezan. Esta cidade está do jeito que está, pela falta de compromisso dos gestores que passaram e dos que estão assumindo agora, de modificar, de reverter essa linha política que está sendo implementada, porque enquanto ficar essa polarização, esse Gre-Nal em torno de economia e de vida, quem está pagando a conta com a sua vida, infelizmente, são os trabalhadores mais pobres, isso é nítido; todos os vereadores aí que se internaram, eu aposto, boa parte deles foi na rede privada de saúde, seus familiares, seus amigos, seus colegas de trabalho. Quando a gente coloca no sentido da equidade, dos princípios constitutivos do SUS – Sistema Único de Saúde, é

para facilitar que os critérios de renda saiam do nosso panorama. A gente não quer debater quem tem condições e quem não tem condições de pagar um leito, que é muito caro, numa UTI e numa CTI, a gente quer que esses critérios sejam científicos, a gente quer que esses critérios partam dos gestores e que o SUS se comprometa em indenizar todas essas vagas. Sim, existem recursos para isso. Quando a gente diz que estamos quebrados, ninguém pensa em cobrar os sonegadores dos cofres públicos, sobretudo do nosso Município de Porto Alegre, que devem bilhões, que estão fazendo falta hoje para uma política de alimentação, que estão fazendo falta para a distribuição de máscaras corretas para a nossa população. É um absurdo, a gente já está há um ano de pandemia e as pessoas ainda estão utilizando máscara de pano. É um absurdo, isso me indigna. Medicamento precoce, já está comprovado, vereadores, não existe. O tratamento precoce, a automedicação das pessoas está causando outros problemas que futuramente, também, vão saturar o nosso sistema de saúde. Então nós temos que ser honestos com as pessoas. Quais são os posicionamentos das entidades médicas em relação ao *kit* Covid, ao tratamento precoce, isso não está... (Problemas na conexão.) ...nem no âmbito da medicina, nem no âmbito dos cientistas. O que está vindo para nós, que acessamos os relatórios, que acessamos os ofícios, está dizendo que não, que não existe tratamento precoce. Então não cabe a nós aqui, vereadores, ficar decidindo se as pessoas podem se automedicar com remédios que não fazem efeito efetivo no combate à Covid-19. Para nós nos posicionarmos é em relação a esses leitos, a essa fila que existe hoje, mas existe uma forma desorganizada, é lutarmos para termos critérios para ocupação dessas vagas de UTI e de CTI, e que a gente consiga caminhar no sentido de uma universalização do nosso sistema aos atendimentos da Covid-19 aqui em Porto Alegre. É disso que o projeto trata. Peço aos vereadores que se sensibilizem com a condição daqueles e daquelas que não têm os mesmos recursos econômicos para estar acessando uma rede privada, ou para aqueles que têm, mas que vão sair endividados. Não é o momento de as pessoas estarem se preocupando com isso, o Município tem que tomar para si essa responsabilização de quem vai ter que pagar por todos esses custos. Nós estamos num momento de calamidade, existe previsão legal que permite isso, inclusive votada aqui nesta Câmara de Vereadores, e que se a gente não conseguir ter força para aprovar este projeto, que os vereadores da base do governo Melo construam isso com o governo, porque eu também não vejo iniciativa de vocês em relação a essas proposições objetivas que fariam, de fato, impacto na vida das pessoas: uma política de alimentação, uma política de distribuição de máscaras, recursos emergenciais para que as pessoas possam ficar em casa. Iniciativas desse tipo a gente sabe que não pode partir do Legislativo, isso para mim está claro, mas, ao mesmo tempo, o que a gente consegue propor para que, de fato, mude a vida das pessoas que estão passando fome, que estão tendo dificuldade de acessar os leitos SUS? Então é disso que estamos falando com a apresentação do projeto, das limitações que estão colocadas, hoje, para os vereadores, principalmente para os vereadores da oposição, poderem criar medidas efetivas que combatam a disseminação desse vírus na nossa cidade. Era isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 064/20.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely; com todo o respeito que todos os vereadores merecem, Ver. Pedro Ruas, V. Exa. que eu considero próximo, diria até com a proximidade de um amigo, porque muitas vezes sentamos para conversar e trocar ideias, mas, realmente, falta respeito de alguns vereadores; não da minha parte quando digo que o projeto é ruim, porque o projeto é ruim. A vereadora faz um projeto e está acostumada a fazer projetos ruins. Ruins, por quê? Porque são inconstitucionais. Ela mesma acabou de falar, Ver. Pedro Ruas, e, com todo o respeito que todos os vereadores merecem, a vereadora acabou de dizer que nós, vereadores, não temos que decidir, mas ela decidiu, junto com outros vereadores, foi entrando na justiça e impedindo que a farmácia do Município distribuísse remédios quando solicitados por receitas médicas. Então isso é ruim.

Outra questão, ela acabou de falar que ela não tem como fazer projetos para decidir a política do Município, que ela não pode, através de projeto de lei; ela falou que não pode; ela sabe que é inconstitucional. Isso aí sim é falta de respeito. Fazer um projeto inconstitucional como esse, receber a crítica e, depois, como diria meus amigos vereadores, a “Ver.^a Karen Card” vai, amanhã, botar um *card* dizendo que o Ver. Mauro Pinheiro não gosta de pobre porque votou contra o seu projeto. Não vai dizer que o projeto é inconstitucional; que ela falou por 20 minutos e não conseguiu explicar o que ela queria com o projeto. Vou usar uma metáfora muito usado pelo PT: o projeto não para de pé, porque é um projeto que não tem relação com a constitucionalidade. Ela diz que tem que ter um gerenciamento. Existe um gerenciamento. Existe uma fila. A fila é gerenciada. Inclusive não é só no Município, é junto com o Estado, porque os hospitais de Porto Alegre não atendem só a população de Porto Alegre. Como é que nós vamos criar uma regra para o Hospital de Clínicas atender só as pessoas de Porto Alegre? Não está escrito, não está explicado no projeto dela. Inclusive o projeto não fala nem como vai se criar essa metodologia. Nós vamos aprovar um projeto que diz que o prefeito pode criar uma lei ou um decreto? Mas, então, o que eu estou fazendo a tarde inteira aqui? Discutindo para dizer que o prefeito pode fazer uma lei, que o prefeito pode fazer um decreto? É da natureza do Executivo fazer leis e criar decretos. Eu vou aprovar um projeto que não diz nada. Esse projeto só serve para uma coisa, Ver. Pedro Ruas, para mostrar o desrespeito que alguns vereadores estão tendo com os seus colegas, pois, amanhã, vão fazer um *card* dizendo que o vereador votou contra um projeto que ia salvar a cidade de Porto Alegre. Um projeto inconstitucional. Eu tenho de me propor a fazer projetos de lei da minha alçada, que trate de fiscalizar o governo, fazer projetos de lei que sejam constitucionais, conforme a Constituição e a Lei Orgânica preveem. Agora, não posso querer governar. Eu não sou o prefeito de Porto Alegre para querer executar, nós não temos como dizer para o prefeito como ele tem que executar. A cidade de Porto Alegre escolheu o prefeito Sebastião Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes para ser o Executivo, para proporem as ideias deles de governarem, conforme o modelo econômico que eles apresentaram, conforme eles

disseram que iriam fazer com a saúde, e não sou eu, que nem estava na chapa dele, que vou dizer como ele tem que governar. Agora a vereadora do PSOL quer dizer como é que prefeito vai executar as suas tarefas? Nós temos é que fazer a nossa atribuição que é a de fiscalizar. A vereadora disse que não tem as informações. A vereadora já fez um Pedido de Informações? Isso ela pode fazer.

Olha, o que está faltando, Ver. Pedro Ruas, é falta de respeito com os colegas vereadores quando apresentam projetos inconstitucionais para depois dizerem que os vereadores não gostam de pobre; parece que só vocês é que têm relação com a periferia da cidade; que só vereadores do PT e do PSOL têm relação com a periferia. Eu acho que vocês gostam muito de pobre, mas querem que eles continuem pobres, porque vocês não querem liberar a atividade econômica da cidade, vocês não querem que a cidade cresça, não querem que gere emprego, que as pessoas cresçam, que tenham condições, que tenham renda, porque daí vocês não vão conseguir, talvez, manipular as pessoas. Nós precisamos, sim, de desenvolvimento, de economia, de atividade econômica, de cuidar da saúde das pessoas. Nós precisamos de projetos, mas nós temos que nos colocar no nosso lugar, nós somos vereadores, nós não somos o prefeito. A vereadora vai querer, no comitê temporário, o Simpa? O Simpa vai decidir quem é que vai primeiro lá? É isso que eu acho que a vereadora quer, porque ela não diz nem quem ela quer para gerir o comitê gestor. O comitê já existe. Já existem pessoas que pensam isso, vereadora. Vá se informar, vereadora; converse com o secretário de saúde. Faça como o Ver. Jessé que foi lá conversar com o secretário para buscar as informações. Não crie problemas com projetos que não vão a lugar nenhum, que só servem para gastar o dinheiro público como nós gastamos nesta tarde. Nós estamos, desde às 14h, discutindo o seu projeto aqui, um projeto inconstitucional, e a senhora nem diz o que a senhora quer, a senhora falou por 20 minutos e não conseguiu dizer o que quer. Isso sim é falta de respeito com o dinheiro público e é falta de respeito com os colegas vereadores, porque amanhã a senhora vai fazer um *card* dizendo que nós votamos contra os pobres. Isso sim é desrespeito, Ver. Pedro Ruas, com todo amor e carinho que tenho pelo senhor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 064/20.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Vou ser breve. A minha manifestação é só uma: (Palmas.) O Ver. Mauro Pinheiro representa o que os vereadores de Porto Alegre pensam; fora aqueles dez da oposição que passaram a tarde inteira nos consumindo aqui para decidir sobre um projeto inconstitucional que será rejeitado. Porto Alegre merece mais do que essa oposição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. Como não há mais inscritos, podemos passar à coleta dos votos para votação do projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 064/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 10 votos **SIM**, 22 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitado o PLL nº 064/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, informo que o horário regimental da sessão acabou.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Pela atenção de todos, muito obrigado.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h49min.)

* * * * *